

Leonardo Assis Lopes

DO LUGAR DO ANALISTA NA CLÍNICA DA PSICOSE

Sobre a psicanálise freudo-lacaniana de uma experiência em Bonneuil

Curso de Psicologia

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

20011

Leonardo Assis Lopes

DO LUGAR DO ANALISTA NA CLÍNICA DA PSICOSE

Sobre a psicanálise freudo-lacanianana de uma experiência em Bonneuil

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo José Carvalho da Silva.

Curso de Psicologia

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo

2011

*“O problema não é tanto saber se a psicanálise é ou não uma ciência, mas
perceber de que modo ela subverte a noção que
habitualmente fazemos da ciência.”*

Jacques Lacan

AGRADECIMENTOS

Participaram da construção das reflexões que aqui apresentam todos aqueles que, direta e/ou indiretamente atravessaram esse caminho de formação em psicanálise que começo a trilhar.

Em primeiro, à Regina Fabbri, primeira professora de psicanálise, que persistiu em ouvir minhas indagações particulares, me apresentou à Freud e à Lacan, e que como supervisora de estágio sabe acolher e receber como continente minhas angústias e inquietações. Pela preocupação com o rigor teórico, o apoio e a amizade, e pela contribuição nesse trabalho.

À Regina Célia Cavalcanti, a Chu, que soube reconhecer meu esforço, a dedicação, a seriedade e a ética com que me dedico à formação, oferecendo-me oportunidades em todos os sentidos: a monitoria, o espaço para me colocar, ótimas risadas e o respeito pelo estilo de cada um, inculcando em mim a vontade pelo ensino.

À Paula Peron, que deu continuidade a proposta de Chu em momentos difíceis e que soube conquistar em minha formação um lugar especial.

Aos professores do núcleo de Psicanálise, Sandra Dias e Raul Albino Pacheco Filho, que guardam todo o meu respeito e admiração.

À Miriam Debieux que me proporcionou e tem proporcionado experiências incríveis e fundamentais em minha formação.

À Maria Claudia Vieira, Deborah Sereno e Maria Cristina Vincentim, que diante das divergências prático-teóricas me deram apoio, escuta, emprestaram vivência e me desorganizaram para me abrir ao auto-questionamento e à reflexão.

Especialmente, à Flávia Hime, minha primeira orientadora, em pesquisa efetuada entre 2008 e 2009, com fomento do PIBIC-CEPE: parceira de investigação, professora, grande amiga, e exemplo de ser humano e mulher.

E sobretudo: a Paulo Carvalho, meu orientador, pela atenção, paciência, carinho e cuidado durante a execução desse trabalho, tornando o processo construtivo e agradável. E aos profissionais colegas e pacientes que produziram em mim o desejo por seus saberes' - da École Expérimentale de Bonneuil Sur-Marne, da Université de Paris X – Nanterre, do grupo Giramundo e do Hospital de Custódia de Franco da Rocha.

Leonardo Assis Lopes: Do lugar do analista na clínica da psicose – sobre a psicanálise freudo-lacanianana de uma experiência em Bonneuil.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Carvalho da Silva

Palavras-Chave: Bonneuil, psicose, discurso do analista.

Área de conhecimento: 7.07.00.00-1 – Psicologia

RESUMO

Considerando as transformações no discurso inaugurado por Freud, o discurso do analista, a questão do lugar do analista na clínica da psicose ainda exige esclarecimentos a fim de evitar uma interpretação reducionista do conceito freudiano de transferência. As propostas terapêuticas da reforma psiquiátrica promoveram, através do conceito de clínica ampliada, a descaracterização do trabalho do psicanalista com o sujeito psicótico, via exclusão de seu domínio (do analista) dos espaços terapêuticos, sob a alegação de que na psicose, pelo sujeito estar fora-do-discurso, a intervenção deve ser feita por caminhos outros que não o da linguagem. A experiência particular na École Expérimentale de Bonneuil Sur-Marne (França), de uma posição outra que não a do analista, refletida sob a luz do que Lacan apresenta como teoria dos discursos e dos conceitos de alienação/separação, permitiu atestar que o trabalho do psicanalista nos dispositivos de tratamento mental da psicose é genuíno – a prática da instituição estourada não se trata nesse sentido propriamente de uma experiência analítica, mas se encontra inteiramente fundamentada pela psicanálise, sobretudo na proposta de Lacan de retorno a Freud. O lugar do analista na clínica da psicose nada difere de seu lugar na clínica da neurose, quanto à ética psicanalítica, mas envolve uma mudança de postura, na qual o analista abdica de uma interpretação para efetuar a manobra da transferência: circunscrevendo o psicótico no discurso do analista, bordejar o gozo, sob a difícil tarefa alternada de secretário/testemunha do delírio psicótico.

Leonardo Assis Lopes : À propos du lieu de l'analyste dans la clinique de la psychose - sur une psychanalyse freudo-lacanienne a partir d'une expérience à Bonneuil.

Les mots-clé: Bonneuil, psychose, discours de l'analyste.

RÉSUMÉ

En considérant les changements du discours inauguré par Freud, le discours de l'analyste, la question du lieu de l'analyste dans la clinique de la psychose demande encore des clarifications, afin d'éviter une interprétation réduite du concept freudien de transfert. Les propositions thérapeutiques de la réforme psychiatrique ont promu, au travers du concept de clinique amplifié, la déformation du travail du psychanalyste avec le sujet psychotique, à partir de l'exclusion de leur domaine (de l'analyste) des endroits thérapeutiques. Cette bouleversement a eu faite sous l'allégation dont dans la psychose, à cause du sujet être dehors du discours, il faut faire l'intervention par des chemins autres que non la langue. L'expérience singulière à l'École Expérimentale de Bonneuil Sur-Marne (France), a eu comprise sous la lumière de ce que Lacan a montré comme théorie des discours et des concepts de aliénation/séparation, même que d'une position différente de l'analyste. Aussi, ça a permis de certifier que le travail du psychanalyste dans les dispositifs de traitement mental de la psychose est véritable. La pratique de l'institution éclatée n'est pas proprement un rendez-vous analytique, mais elle est complètement structuré par la psychanalyse, surtout par la proposition de Lacan de retour à Freud. Le lieu de l'analyste dans la clinique de la psychose ne diffère pas de son lieu dans la clinique de la névrose, en concernant de l'éthique psychanalytique, mais il demande une changement de position. Cette changement englobe que l'analyste refuse une interprétation pour effectuer la manoeuvre du transfert : en inscrivant le psychotique dans le discours de l'analyste, en limitent la jouissance, sous le rôle alterné de secrétaire/témoin du délire psychotique.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
INTRODUÇÃO.....	11
I. DA PSICOSE DE FREUD À LACAN.....	21
I.a. Do caso Schreber e da psicose em Freud.....	24
<i>Neurose e psicose</i>	27
I.b. Da forclusão do Nome-do-Pai.....	31
I.c. A ordem da verdade.....	36
I.d. O objeto <i>a</i> na psicose.....	38
I.e. Da psicose paranóica.....	40
I.f. Da psicose esquizofrênica.....	43
II. SOBRE BONNEUIL.....	47
II.a. Mannoni e a prática institucional.....	48
II.b. O que é Bonneuil?.....	50
III. A PSICOSE E A CLÍNICA DA EXCLUSÃO.....	53
III.a. Do conceito de instituição estourada.....	59
IV. A ÉTICA PSICANALÍTICA.....	64
IV.a. Do lugar do delírio.....	69
IV.b. A demanda na clínica da psicose.....	72
IV.c. O discurso do analista.....	75

V. DO PROJETO TERAPÊUTICO EM BONNEUIL.....	79
V.a. Do lugar do analista em Bonneuil.....	82
V.b. Lugar para o Real.....	87
V.c. O lugar do Outro barrado.....	90
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

APRESENTAÇÃO

“Eu sou freudiano, vocês, se quiserem, sejam lacanianos!”

Jacques Lacan¹

Em 1905, o físico alemão Albert Einstein escreve um conjunto de artigos cujo conteúdo se tornou a base da Física Moderna, ao mesmo tempo em que representou ruptura em relação a uma série de conceitos já fundamentados da Física Clássica. Propôs, por exemplo, a idéia do que hoje se denomina por fótons, divergindo da teoria ondulatória implícita nos esquemas de Maxwell. Segundo Oliveira (2005), ao introduzir a teoria da relatividade, de que não há tempo, tamanho ou qualquer duração absoluta e permanente no universo, Einstein colocou em xeque os sistemas apresentados por Galileu e por Newton de que todos os observadores se movem a uma mesma velocidade, regidos todos pelas mesmas leis da natureza.

Movimento semelhante aconteceu em 1859, quando Charles Darwin publica *As origens das espécies por meios de seleção natural*. Darwin apresenta uma teoria evolucionista que, baseada na idéia de que as espécies teriam evoluído através de um processo de seleção natural e sexual, refuta hipóteses como a da “lei do uso e do desuso” de Jean Baptiste Lamarck, dentre outras, em voga em sua época no campo da Biologia interessado pela origem do homem e sua relação com os demais seres vivos.

E os exemplos dessa combinação de descoberta e ruptura não se findam na Física ou na Biologia; seja na Química, na Matemática, e me arrisco dizer com grande certeza em quase todas as ciências, a tendência observada é que cada hipótese levantada

¹ Em seminário proferido na cidade de Caracas, em 1980.

substitui uma anterior, pois cada etapa do desenvolvimento do conhecimento implica em uma aproximação do que se considera por verdade. De fato: desde que passamos a girar em torno do Sol não há como persistir em acreditar que ainda somos o centro do universo (nós – a Terra), ou não podemos ignorar que estamos vivendo mais depois da descoberta da penicilina.

Mas quando digo que trato de “quase” todas as ciências é porque há uma exceção, e essa exceção é a Psicanálise. A ciência criada por Freud apresenta uma particularidade em seu corpo, em sua prática, identificada por pensadores como Anthony Giddens e Michel Foucault ao se perguntarem o porquê de Freud ter influenciado tantos campos da cultura ocidental, extrapolando as fronteiras da própria Psicanálise. Segundo Foucault (1983), Freud criou uma tradição de pensamento de caráter dialético produzindo discursos que lhe são posteriores, mas com regras que regem de uma forma muito particular a metapsicologia e sua ação prática mesmo sem a sua presença; a Psicanálise é então essa ciência marcada pela heterogeneidade em que as diferentes leituras de Freud mantêm uma diversidade entre si e em relação à fonte original, ao mesmo tempo em que o que as costura é o próprio discurso freudiano.

Ao nos depararmos com Lacan não estamos lendo uma mera continuidade de Freud e tampouco uma descoberta particular ou inovadora dentro da Psicanálise. Lacan não é análogo à Freud, de modo que em uma ciência que busca uma verdade (a psicanálise) recorre a um conceito freudiano; nesse movimento de retorno, em digamos uma “interpretação” singular, apresenta um novo conceito ao mesmo tempo em que essa ciência não se faz em regime estático. Podemos então dizer que todos os psicanalistas freudianos podem dizer que fazem psicanálise se estão nessa relação ambígua de pai e filho: guardam para si algo do primeiro, concomitante a um conflito que com ele mantêm.

Nesse sentido, ser freudiano não é apenas ultrapassar os limites que a teoria freudiana apresenta e que o próprio Freud havia reconhecido, e tampouco consiste em uma releitura ou numa pretensão de refundar a Psicanálise. O movimento de “retorno a Freud” empreendido primeiramente por Jacques Lacan, e que depois se tornou uma marca dos psicanalistas da escola francesa (como Françoise Dolto, Maud Mannoni, Jean Laplanche, entre outros) vai além de uma interpretação particular e envolve acima de tudo uma manutenção do legado deixado por Freud – manutenção, claro, que deve estar sujeita às transformações do discurso moral vigente ou não nas diferentes sociedades.

Ao tratarmos de qualquer questão contingente à psicanálise, como é o caso de nosso tema, o analista na clínica da psicose, não podemos nos descobrir dessa grande colcha de retalhos que lhe caracteriza. A loucura e a psicose percorreram a clínica e o interesse de todas as quatro gerações de psicanalistas, e hoje, na quinta, da qual faço parte, em uma sociedade marcada pelo discurso do mestre capitalista, se faz presença obrigatória no percurso de qualquer analista em formação. Cada geração representa um momento diversificado dentro do movimento psicanalítico, e guarda para si a característica de um significante da cadeia desse discurso que se entende por discurso do analista.

A primeira geração é representada claro por Freud que cria uma nova ciência, definida a partir de três bases (Assoun, 1981). Enquanto um método de tratamento, a cura analítica, ou seja, a prática psicanalítica ela mesma; a prática faz emergir a metapsicologia, a qual legitima a prática através da fundamentação do método. Como um método de investigação de pesquisa, o que confere ao psicanalista uma posição de investigador; enquanto escuta, o psicanalista deve estar plenamente atento ao que o sujeito diz, e assim após a partida do analisando do consultório, a partir do que entendeu, ele (analista) deverá elaborar um trabalho que o coloca em uma atitude de

investigação. E sob um sistema teórico: a psicanálise é também um saber teórico, e portanto, uma ciência; a metapsicologia se constitui um *corpus* de conceitos, uma abstração, o pensar a psique humana.

É o momento em que Freud inaugura um discurso, o do analista, e reúne todos os seus esforços para legitimar a psicanálise enquanto uma ciência. A psicose ainda aparece tímida em uma clínica da neurose: as considerações freudianas partem de apenas um caso, de Daniel Paul Schreber, com o qual Freud nunca teve contato – suas interpretações se edificaram a partir das memórias escritas pelo político alemão, durante os nove anos em que esteve interno em um hospital de custódia. No entanto, não devemos tirar o mérito de Freud: a análise de um paranóico foi suficiente para a elaboração do texto de 1914 (*Introdução ao narcisismo*, a base de sua segunda tópica), e para que, mesmo que de forma ainda confusa, pudesse diferenciar uma organização psicótica de outra neurótica. Em sua humildade intelectual Freud soube reconhecer os limites da Psicanálise, os quais deveriam ser expandidos pelas próximas gerações (dentre os quais estava a questão da transferência na psicose).

A segunda geração, formada pelos analistas que conviveram com Freud ou que por ele foram analisados, como Sandor FÉRENCZI, Melanie Klein e Anna Freud, buscou perpetuar o legado freudiano de formas diferentes, em um contexto marcado pela institucionalização da Psicanálise, com o surgimento das sociedades e da IPA (Associação Internacional de Psicanálise) em 1910. É bem verdade que à época de Freud já existiam as sociedades e que a fundação da IPA foi por ele patrocinada com o intuito da expansão e da legitimação da prática psicanalítica, a fim de evitar a distorção da ética dessa nova ciência; no entanto, Freud nunca participou diretamente das formalidades institucionais, e após a sua morte, as instituições se tornaram grandes centros de burocratização do encontro analítico.

Durante as décadas de 40 e 50, assistiu-se à institucionalização da Psicanálise, à qual, graças principalmente à experiência na Alemanha hitlerista e à corrente estado-unidense, foi conferido um valor adaptativo, de normatização da vida do sujeito. Ao mesmo tempo, surge na Inglaterra uma analista leiga, Melanie Klein, que causou grande impacto dentro da Sociedade Britânica de Psicanálise sem se afastar do que se considerava por “legado” freudiano - ao contrário de Jung, que com suas discordâncias, rompe com Freud. A idéia de uma intensa vida psíquica durante a infância, com um eu bastante precoce, e a crença na possibilidade de estabelecimento de uma relação transferencial com crianças fizeram de Klein o principal expoente pós-freudiano dentro das instituições de formação de analistas. (Mezan, 1985)

É notável que a corrente kleiniana foi além da concepção freudiana que exclui a psicose do encontro analítico, dada a impossibilidade do estabelecimento da relação transferencial, e o psicanalista Renato Mezan reconhece e exemplifica em inúmeros de seus textos (em obra histórica muito valiosa a respeito da psicanálise) que é espantosa a variedade de temas e campos avançados pelos psicanalistas a partir da múltipla fecundidade da disciplina freudiana. Mesmo assim, acredito que as direções exploradas não fugiram de uma tradição já existente. A ortodoxia que marcou e ainda marca as sociedades de psicanálise limitou a inovação à letra freudiana, de acordo com as regras que orientavam não apenas a formação do analista e sua prática, como também seu estilo.

Coube à terceira geração o papel da contestação. O aparecimento da figura de Jacques Lacan associada a um caráter revolucionário não se deve apenas a seu valor de contestação dentro do movimento psicanalítico, mas cresceu exponencialmente graças ao momento propício em que eclode, no contexto europeu no final da década de 60, e no latino-americano a partir da década de 80. Pertencem a essa geração um grupo de

analistas, o qual passou a contestar avidamente a forma como se estruturava o poder dentro da IPA e como essa instituição formava seus analistas; um grupo composto em sua maior parte por latinos, filhos de maio de 68 e do golpe de fevereiro de 1976 na Argentina.

Entendemos aqui porque o lacanismo ganhou grande terreno na América Latina. Ao mesmo tempo em que analistas contestavam as autoridades de formação, a população se erguia contra a repressão política e a censura intelectual; boa parte de psicanalistas argentinos, na busca de exílio, presenciavam pessoalmente o percurso de Lacan em garantir um movimento de “retorno à Freud”, contra o “besteirol” da psicologia do ego e o desvio ao biológico empreendido pelo kleinismo (estilo este a base das sociedades latino-americanas, principalmente as brasileiras).

Para Mezan (1995), a psicanálise passa então a ser utilizada como importante instrumento de transformação social, perdendo aos poucos o caráter adaptativo que lhe havia sido atribuído. A experiência francesa mudou ainda radicalmente a postura dos analistas quanto à produção textual da própria vivência clínica, sendo que, no Brasil, aqueles ainda muito jovens e embebidos pela luz kleiniana, procuravam mais uma autenticação da metapsicologia freudiana do que a publicação das observações clínicas.

Um conjunto de psicanalistas procurou trazer uma contribuição particular à ciência freudiana, sem querer refazer de maneira ortodoxa o caminho que Freud havia feito. Expandindo exponencialmente o campo da psicanálise, os analistas da escola francesa partilharam com Lacan que era de fato preciso o “retorno à Freud”, mas nem por isso assumiram de maneira ortodoxa a proposta do psicanalista francês, que ao contrário do pai da psicanálise, híbrido, se prestou a beber de tantos outros saberes (como a lingüística, a antropologia e a filosofia) que efetuou uma abertura significativa do movimento psicanalítico à influência de outros discursos. Laplanche, Aulagnier,

Dolto, Fédida, Leclaire, o casal Mannoni, dentre outros, aderiram à causa lacaniana, ao mesmo tempo em que manifestaram o compartilhamento e a discordância com Lacan, seja o acompanhando, seja através de um posterior rompimento. Modificou-se a relação entre os analistas quanto à formação e quanto à apropriação dos saberes advindos de uma prática clínica que sofreu uma importante alteração ao se deixar atravessar pelas transformações do discurso moral, especialmente no que toca a possibilidade de um tratamento para a psicose. (Roudinesco, 1989)

Se até a segunda geração de psicanalistas a psicose ainda era um terreno incerto, discutível, a terceira geração autenticou a relação do analista com o desvendar da psicose. Ao transpor os muros da clínica burocratizada, os analistas se abriram a pensar os vazios do processo analítico, como a pulsão de morte, o irrepresentável e o que está fora do discurso, dissolvendo a verdade absoluta e imaginária a respeito do *setting analítico* - quanto à posição ocupada pelo analista, ao que se considera por ética da psicanálise, ao fim de análise e ao manejo da transferência e sua interpretação. Ergue-se a perspectiva antimanicomial lacaniana, que se impregna no movimento da reforma psiquiátrica, através de figuras como Jean Oury e Igor Caruso.

É nesse contexto que Maud Mannoni publica em 1964 uma obra de considerável valor, *A criança retardada e sua mãe*, a partir das propostas de reforma psiquiátrica apresentadas por Robert Lang. Mannoni desloca a prática analítica para a reflexão institucional, pensando a formação do analista a partir dos dispositivos clínicos existentes para o tratamento da psicose.

Em 1969, a partir de *A criança, sua doença, e os outros*, Mannoni funda a École Expérimentale de Bonneuil Sur-Marne, estruturada sob o conceito de “instituição estourada”. Modelo para instituições de todo o mundo que se prestam ao cuidado e tratamento de crianças e adolescentes psicóticos, com deficiência mental, ou com

qualquer dificuldade para inserção nos aparelhos educacionais convencionais, como por exemplo, o Lugar de Vida, em São Paulo, fundado por Maria Cristina Kupfer, Bonneuil funciona através de uma prática institucional que evita e rejeita a fixação de posições e funções enquanto promotoras da alienação e da institucionalização do sofrimento psíquico deste que está fora do discurso, da lógica neurótica, o psicótico.

Mannoni contribuiu significativamente para a reflexão do papel do psicanalista e de sua prática no âmbito institucional, questão que se tornou fundamental para aqueles de orientação lacaniana. Contemporâneos e/ou “filhos” de Lacan e de outros expoentes do tratamento da psicose, a quarta geração de analistas participou ativa e diretamente da substituição das instituições psiquiátricas por outras, capazes de rever a prática diagnóstica pela implicação do sujeito nos dispositivos de cuidado, dando escuta a sua singularidade, como por exemplo, a própria Bonneuil, os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), entre outros. Esses analistas fizeram história e ainda estão aí para muito dizer sobre suas experiências.

Se por um lado há um avanço quanto à multiplicação das possibilidades de formação do analista e dos dispositivos substitutivos da lógica manicomial, por outro vemos a proliferação dos manuais diagnósticos, a relativização dos modelos éticos e certa descrença (justificável) dos profissionais de saúde no Estado quanto ao cumprimento de sua função de manutenção da territorialidade dos serviços, bem como de seu acesso, sem mercantilizar a saúde pública. Mais do que isso, devemos nos perguntar que lugar ficou para o analista nisso que hoje se convencionou chamar por “clínica ampliada”, e até que ponto tem se efetuado, de fato, uma prática genuinamente psicanalítica.

Esse contexto não é nada mais do que uma cronificação do que apontou Freud em *Mal-estar na cultura* (1930), ao considerar ciência e religião como mediações

capazes de criar ao homem dispositivos para se reaver frente à vida em cultura, por meio da ilusão da aproximação da felicidade ideal e do alívio do sofrimento, sendo, que no entanto, tais dispositivos encontram-se fadados ao fracasso e acabam por amplificar a hostilidade, a exploração econômica e a exclusão entre os homens.

Lacan avança a visão pessimista de Freud nos seminários 17, *O avesso da Psicanálise* (1969-1970), e 20, *Mais, ainda* (1972-1973), quando redimensiona o inconsciente a partir do campo do gozo, ao situar o discurso como um laço social, e este como uma forma de ordenação do gozar. Lacan identifica quatro tipos de discursos (o do mestre, o universitário, o da histérica e o do analista), sendo o discurso do mestre o dominante, desdobrado sob a forma do discurso do capitalista – o discurso que, de fato, nada promove de laço.

Em uma sociedade em que tudo é desregulado pela mão invisível do mercado, e a ciência se desloca do discurso universitário para o discurso capitalista – o saber é uma mercadoria, a patologização da psicose se faz pela criação de medicamentos para novos transtornos e de novas categorias de diagnóstico enquanto justificadores da utilização do medicamento como verdade do sujeito (Quinet, 2006). Como preservar os dispositivos de tratamento da psicose via a foraclusão/inclusão em uma sociedade marcada pela psicotização do sujeito, pela foraclusão generalizada, em que se torna objeto do tratamento via exclusão/reclusão, e fica à deriva em uma cultura marcada por um gozo autístico? Diante do mundo da globalização, do gozo um, uniforme, o ato analítico se faz como lugar de invenção que, ao dar escuta a esse fora-do-discurso, o advém como sujeito a partir de sua estrutura de foraclusão.

Partilhando da interpretação de analistas como Antonio Quinet e Colete Soller do texto lacaniano de que a clínica do gozo é uma continuidade de uma clínica fundamentada no simbólico, que ambas encontram-se intrínsecas no ato analítico, a

experiência de Bonneuil é descrita a seguir como representação de um tratamento possível à psicose – a direção do bordejar o gozo:

1º) que ética é essa que fundamenta uma psicanálise e permite que o analista, enquanto outro, possa estabelecer um discurso analítico com esse que não estabelece transferência – seja via transmissão de conteúdos, seja via circulação de saber.

2º) pela teoria dos quatro discursos, qual pode ser a direção de um tratamento que não visa a cura, tampouco a normatização, mas que não pode desconsiderar a exclusão e o sofrimento psíquico advindo dessa condição.

3º) como se coloca um analista quanto ao manejo da transferência em uma clínica de escuta do significante, escuta essa que se presta a pontuação daquele que se deixa habitar pela língua, e que reorganiza seu gozo via metáfora delirante.

Um processo analítico hoje está além da interpretação e da busca por sentido, e concebe esse o analisando pela posição que ocupa e atua em relação ao próprio gozo. A busca por novas alternativas de gozo implicando a estrutura e a historicidade sustenta os dispositivos atuais consagrados de tratamento da psicose, Bonneuil, Caps, entre outros. Considerando o valor significativo dessas propostas, resta-nos saber se estamos nos utilizando da disciplina freudiana para fundamentar outras práticas, ou se o que se está fazendo é de fato psicanálise.

INTRODUÇÃO

Da oferta e da demanda

Eis que um nobre pescador decide um dia pescar, assim como todos os outros de sua vida, desde que aprendeu o ofício. Nesse dia, um dia como os demais, uma terrível tempestade tropical atingiria o vilarejo no qual habitava, e os responsáveis pela segurança já haviam emitido um alerta máximo. Esse pescador, porém, viciado em seu ofício como qualquer um que toma qualquer coisa por “droga” e com ela chega à agonia e ao êxtase, resolveu não dar chance às ordens e se lançou ao mar.

Os outros estavam certos: enquanto recolhia sua rede e limpava os seus peixes o pescador viu a tempestade se anunciar. Ondas de mais de dois metros, nuvens negras, raios ensurdecedores, chuva para cegar. Nem por isso o pescador estremeceu: levantou a vela, com toda a força e pretensiosamente se lançou em uma terrível luta contra o mar. Aquela não era a primeira vez, já havia derrotado tempestades piores.

Mas aquela batalha apresentava um personagem diferente, discreto no alto da colina, à espera de quem o requisitasse. O nobre pescador, de costas, guiando seu leme, apagado em seu simples barco pela grandiosidade de sua vela, não poderia ver, ou não queria ver, o gigantesco farol branco que não cansava de brilhar com seu tímido feixe de luz a orientar os desesperados de oceano.

O pescador não podia dar o “braço a torcer”, não podia demonstrar sua fraqueza – afinal, era o que sabia fazer, era o que sua família tinha para fazer. Ele viu o farol e por pouco não se rendeu a seu ofuscar. Ao amanhecer, a praia do vilarejo estava repleta de barcos: uns com seus pescadores inteiros, outros completamente destruídos com seus

condutores mais ou menos feridos, alguns esvaçados mas sem o menor sinal de seus donos.

Quanto a nosso nobre pescador, nenhum rastro dele e tampouco de seu simples barco. Ele nunca retornou ao vilarejo. Os boatos foram muitos: que se perdeu pelo mar e nunca mais foi visto; que seu barco fora encontrado por pescadores de um vilarejo vizinho, porém vazio; que por vezes ele reaparece para pescar pelas redondezas como que uma assombração. Fato é que ninguém nunca soube se ele havia sobrevivido ou se havia morrido naquela terrível tempestade. Ele nunca reapareceu por lá, mas o farol continuou com toda sua “discrição” na colina.

Metáfora do pescador, metáfora da análise. O encontro analítico ocorre a partir do encontro de dois desconhecidos, dois estrangeiros, assim como o farol é estranho ao pescador e este estranho ao primeiro. De um lado, essa experiência de digamos estranheza é elaborada por cada sujeito de maneira singular, de modo que esse estranho que chega ao encontro analítico está em uma vivência de mal-estar, com uma demanda de se livrar, de sair da terrível tempestade na qual se encontra perdido.

De outro lado está a figura do analista, o farol em meio a uma tempestade marítima com seus raios ensurdecedores e suas ondas assustadoras. Só existe o farol por conta da tempestade: o farol é produto à intempérie ao mesmo tempo em que é uma alternativa criada para dela se sair. No entanto, o farol nem sempre existiu; a tempestade sempre destruiu ou transformou vidas, sempre se formou seja esperada ou inesperadamente. A questão é que certo dia uma pessoa, ou toda uma comunidade, após estudar tantas soluções, resolveu erguer um farol enquanto mais um de seus recursos para fazer frente às terríveis tempestades que lhes assolavam.

Criar um farol não significa que se encontrou a verdade da orientação marítima. O farol não traz a resposta definitiva e tampouco eficiência em responder à demanda, de modo que outros instrumentos podem ser pensados conforme a demanda se transforma – tempestades ainda mais terríveis podem se formar. Há os que acreditam no farol, mas há também os que se utilizam de bússolas, de mapas, etc. O farol se aprimorou desde que foi criado, mas não perdeu seu propósito; em alguns momentos é mais utilizado, e em alguns vilarejos pouco se recorre a ele – a questão é que desde que foi construída a oferta faroleira permanece, seja em uma alta colina, seja em uma ilha mais distante.

O analista apresenta uma oferta pois ele é produto do discurso moral de sua época. Se é a conjuntura social que permite sua atuação, só haverá oferta se houver uma demanda. Há uma demanda que exige uma oferta, a qual da maneira como se coloca recria a demanda e que perpetua essa modalidade de oferta. O analista só disponibiliza sua escuta, seu silêncio e sua interpretação pois lhe foi dado um lugar de saber, de suposto saber – esse que me recebe em sua sala todos os dias possui um saber que pode “me ajudar a me livrar” do que me incomoda. E foi Freud, ao receber um lugar das históricas, quem criou a primeira oferta, aquela que só a psicanálise pode efetuar a respeito de uma demanda que ela singulariza.

A psicanálise foi criada para responder a uma demanda que sempre existiu e que se refere a uma passagem a partir da qual todo sujeito se faz múltiplas indagações. Passagem essa irreversível em que se faz uma fissura entre o mundo da natureza e o mundo da cultura, preenchida pelo que contorna uma falta – a pulsão. Estamos falando sobre um “mito” moderno a respeito da lei do incesto enquanto marca da entrada do sujeito na ordem simbólica: o Édipo.

Diz Nasio (2005) a respeito desse complexo do qual nenhuma ser humano escapa:

“Que é, então, o Édipo?”

O Édipo:

1. É uma chama de sexualidade vivida por uma criança de quatro anos no cerne da relação com seus pais.
2. É uma fantasia sexual forjada inocentemente pelo menino ou pela menina para aplacar o ardor de seu desejo.

...

5. É uma fábula simbólica que põe em cena uma criança encarnando a força do desejo, e seus pais encarnando tanto o objeto desse desejo quanto o interdito que o refreia.
6. É a chave-mestra da psicanálise. É o conceito soberano que gera e organiza todos os outros conceitos psicanalíticos e justifica a prática da psicanálise.” (p. 16-17)

O Édipo se faz uma encruzilhada na qual, em seu momento derradeiro, há uma renúncia de seu personagem principal, quando a criança realiza então uma associação das ausências da mãe à presença do pai, em uma operação simbólica que consiste em uma substituição significante (a metáfora paterna). Esse processo metafórico que Lacan toma como inaugural da subjetividade do indivíduo consiste nas nomeações que a criança dá às ausências da mãe, associando “Nome-do-Pai” à Lei Simbólica; esse significante terceiro vem ocupar o lugar sobre o que significa o desejo da mãe, sendo que o significante primordial é recalcado.

Nessa substituição fica atestado que a criança renunciou ao objeto inaugural de seu desejo, sendo que essa renúncia só é possível se aquilo que significa esse objeto torna-se inconsciente. Com o recalque do significante primeiro, o sujeito continua a designá-lo em uma relação de contigüidade já a partir de um significante substituto, o Nome-do-Pai – na enunciação o desejo se faz palavra via enunciado, perdendo-se cada vez mais na cadeia significante. Ou seja, a linguagem aparece como atividade subjetiva através da qual buscamos anular a condição humana de falta-a-ser e encontrar a verdade

de nossa existência. No entanto, o sujeito se aliena em um movimento repetitivo e incessante de nomear algo irrepresentável – nomeia sem saber o quê, já que esse objeto perdido do desejo está inconsciente; o desejo renasce constantemente sob a forma de demanda, porém sem nunca reaver o objeto original ou encontrar um significante capaz de substituí-lo à altura. (Dör, 1985)

Na passagem pelo Édipo paga-se o preço para se fazer sujeito de desejo, permitindo-se habitar na linguagem, e se condena a um confronto eterno com a castração e com o retorno do que se nega: o recalcado. Essa inabilidade em lidar com a falta se faz sempre demanda, mas é a partir dela que Freud criou a primeira oferta da psicanálise, a qual faz um recorte específico dessa demanda: o sujeito do inconsciente. É em cima das produções inconscientes que o analista opera, sobre um objeto específico referente à primeira demanda.

Um sujeito que simplesmente por viver em sociedade se encontra em uma situação de mal-estar apresenta uma demanda particular a respeito dos efeitos do inconsciente, pois em algum momento alguém se pôs a escutá-la; no entanto, nenhum psicanalista detém o saber de todo o inconsciente, de modo que nenhuma clínica é capaz de contemplar todo e qualquer sintoma produzido na modernidade – o irrepresentável o é e sempre o será.

Nesse sentido, segundo Quinet (2009a) o encontro entre analista e analisando implica em uma ética: permitir que o que traz a demanda possa se apropriar do saber encoberto no enunciado. A oferta proposta por Freud é a seguinte: uma prática que se estabelece por uma figura, o analista, o qual a partir de um ato particular de decisão estabelece o início da análise referente a uma demanda.

Na base dessa experiência analítica encontra-se a associação livre, a qual, somente ela, estabelece o *setting analítico*. Ao lado dos sonhos, é a associação livre a via regra de acesso ao inconsciente: enunciar sem que as censuras, por condensação e deslocamento, deturpem o verdadeiro sentido. E esse trabalho só pode ser feito pelo analisando; assim como a relação entre o nosso nobre pescador e o farol do vilarejo, não basta o farol existir e irradiar sua luz, de modo que sua função se faz somente a partir de um ato próprio daquele que lhe transfere saber – o pescador. De nada servirá o farol se seu pescador não quiser utilizar a verdade que ilumina.

Por vezes, o criador do farol de nosso vilarejo, a partir de um desejo narcísico, cai na armadilha do prestígio e da eficácia, acreditando ser sua invenção a verdade para as resistências a uma tempestade; preocupado com a atuação do farol, pode burocratizar sua ação, colocar regras rígidas para o uso que de alguma forma interferem na resposta à demanda. Por exemplo, para economia de energia estipula-se que o farol funcione em determinado horário, excluindo momentos mais propícios para a formação de tempestades.

Não é raro observarmos psicanalistas que se deixaram aprisionar pela rede da eficácia, principalmente após a morte de Freud, com uma preocupação em garantir a fidelidade da execução da prática psicanalítica. Esse foi o caminho escolhido por instituições como a IPA, de burocratizar a análise, ao impor uma série de regras para que toda e qualquer análise seja bem sucedida (entendendo sucesso aqui como cura, como transformação do sujeito em mero sofrimento). Contra esse movimento é que Lacan propõe o conceito de *ato psicanalítico*: a questão do estabelecimento do encontro analítico não está sob a ordem da regra, mas sim da ética – é o analista quem faz existir o inconsciente ao oferecer uma escuta ao sujeito a cada sessão. (Quinet, 2009a)

Essa ética do analista se encontra na atenção flutuante, através da qual o analista deve saber responder à como conduzir da melhor maneira a análise. E isso deve ser feito nas entrevistas preliminares, quando o analista aceita aquele analisando e enquanto primeira meta da análise, se estabelece a ligação do analisando ao processo e à figura do analista.

“A demanda em análise não deve ser aceita em estado bruto, e sim questionada. A resposta de um analista a alguém que chega com a demanda explícita de análise não pode ser, por exemplo, a de abrir a agenda e propor um horário e um encontro. Para Lacan, só há uma demanda verdadeira para se dar início a uma análise – a de se desvencilhar de um sintoma [...] É preciso que essa queixa se transforme numa demanda endereçada àquele analista e que o sintoma passe do estatuto de resposta ao estatuto de questão para o sujeito.” (Quinet, 2009a, p. 16)

É na entrevista preliminar que o desejo do analista assume seu lugar: ascende à função de corte e pontuação, escolhe o analisante – se por algum significante esse analista foi escolhido, o analisando também o será, em um processo fundamental para que o sintoma analítico se produza.

“A constituição do sintoma analítico é correlata ao estabelecimento da transferência que faz emergir o sujeito suposto saber, pivô da transferência. Esse momento em que o sintoma é transformado em enigma é um momento de histerização, já que o sintoma representa aí a divisão do sujeito (\$).” (Quinet, 2009a, p.16)

O sujeito revela sua divisão de sujeito barrado (\$) no sintoma e torna-se analisando, o qual espera que o analista produza um saber que possa responder a seu

enigma, mesmo que saibamos que esse saber nada pode dizer sobre o gozo daquele que sofre.

Falamos, evidentemente, do analista e do neurótico – e é exatamente essa a problemática que gostaria de expor. Como a prática psicanalítica atinge a psicose e que tratamento propõe àquele que fora-do-discurso, sendo que o psicótico encontra-se fora das regras do código da língua questionando a regra fundamental do encontro analítico – o livre falar? Como o analista pode persistir em sua prática, de *talking cure*, possível a psicose nos dispositivos de tratamento e como tais dispositivos podem resistir à lógica da era da globalização e do capitalismo mais selvagem?

O psicótico foraclui o Nome-do-Pai, que significa que o significante da lei se encontra fora ao sujeito. Posto que o Nome-do-Pai se inscreve no Outro, e assim inaugura a simbolização, na psicose o sujeito abole a função da lei simbólica. Sem estar submetido à castração, sem ter acesso à significação fálica, o sujeito também se encontra fora-do-sexo, já que sem a referência do significante fálico não consegue se inscrever na diferença fundamental: o conjunto dos sexos. (Dör, 1989)

Em 1955-1956, no seminário 3: *As psicoses*, Lacan aponta a psicose como um movimento contínuo e incessante de estruturação da linguagem. Não há uma pontuação do enunciado para trazer sentido e significação a seu discurso; por faltar ao psicótico o Nome-do-Pai, a amarra da cadeia falante, há um vazio organizador que demonstra que há sempre uma parte que escapa à simbolização, que é por ele negada. Na psicose há a foraclusão: há uma negação no simbólico que retorna no real sob a forma do delírio e da alucinação.

A obra de Lacan, sustentada pelo aforismo “*o inconsciente é estruturado como uma linguagem*”, nos mostra que tudo provém do significante e que a psicose assim

como a neurose é efeito da estrutura de linguagem – a palavra é o verdadeiro limite para tudo. Nesse sentido, em *Formulações sobre a causalidade psíquica*, texto de 1946, ele sintetiza sua posição da psicose como loucura enquanto a sombra que acompanha a liberdade, da qual é ao mesmo tempo o limite e que se limita pelo significante; se no encontro analítico se dissolve a fascinação pela ficção do si - mesmo criada pelo sujeito, e edifica-se um saber a respeito daquilo que não se pode dizer, o psicótico também se engana ao carregar a causa de sua existência como um *livre de poche*².

“Se sintoma neurótico e delírio diferem quanto ao tratamento a ser dado à sua dimensão de ciframento, ambos comportam o valor de verdade [...] Sintoma neurótico e delírio, tal como a verdade, têm estrutura de ficção, pois como ela, são instituídos pela cadeia significante.

[...]

O valor terapêutico da psicanálise corresponde a seu efeito no ciframento e no valor libidinal do sintoma tanto na neurose quanto na psicose; seu valor de verdade lhe é conferido pela verdade do sujeito aí em jogo.”
(Quinet, 2009b, p.14-15)

Propor uma clínica da exclusão implica em atender a uma demanda que não bate à porta do consultório analítico, mas que quer bater, ou pensou em bater. Se o psicótico “não deita ao divã”, a questão não é que o divã não serve para ele. Um encontro analítico não implica em um divã, um consultório, ou seja, não é o *setting* analítico que faz o contrato. Para que um encontro seja genuíno, é necessário que em sua proposta não haja a meta da transformação com fins de cura, mas sim a possibilidade de permitir a esse sujeito que se defronte com o bárbaro que o habita: o sujeito do inconsciente; bárbaro que, quer recalcado, quer foracluído, devasta.

² Do francês, livro de bolso.

Não é o analista que responderá, mas sim o analisando que herdará a atividade investigativa. O produto da análise é uma apropriação do próprio analisando, que, ao receber um lugar de escuta, assume a posição de agente de sua enunciação. A análise não se presta a suprimir a divisão do sujeito, e tampouco em promovê-la, mas é um espaço a permitir que o demandante se torne menos cego ao desejo inconsciente do desejo do outro. E o analista deve renunciar: às vezes, o nobre pescador pode se perder na tempestade e nunca mais voltar.

I. DA PSICOSE DE FREUD À LACAN

De que tratamos ao falar em psicose? É comum à primeira vista pensar na loucura, nesta condição de exclusão daquele que está em um estado de sofrimento psíquico e alguns podem até associar à figura patológica do desesperado que grita pela cura. De alguma forma estão todos corretos, pois estão concebendo o psicótico como aquele que vulgarmente chamamos por louco.

Porém, a psicanálise não entende psicótico por equivalente ao personagem que desde tempos habita as praças de nossas cidades, pois na ciência freudiana a psicose ultrapassa o sentido da loucura. Se fizermos um trabalho de reflexão histórica - o personagem do louco nem sempre foi encarnado pelo mesmo grupo de indivíduos – não precisamos ir muito longe e nem de muito esforço: bem sabemos que durante a Idade Média o louco por muito tempo foi a mulher, que com seus mistérios ainda não descobertos acerca do ciclo reprodutivo feminino, como a menstruação, foi tomada como bruxa e ser maligno responsável pelo desvirtuamento do homem. Hoje não fazemos mais caça às bruxas, ou melhor, sim, mas não às mesmas bruxas; e enquanto nossas bruxas se transformaram, a psicose não o fez.

Nesse sentido, entendemos a loucura, a partir de Foucault (1972), como uma representação social e ao mesmo tempo individual do que se concebe por desvio da norma. Aquilo que é transgressor, da ordem da desrazão, da desordem, se transforma assim como o faz o discurso moral e como cada sujeito particulariza o que considera pertencente ou não ao contrato social. A psicose enquanto estrutura ultrapassa o conceito de loucura e ultrapassa a dialética do tempo.

A noção de estrutura envolve a natureza relacional do psiquismo humano em oposição a qualquer teoria que se diga atomista (que considere o fenômeno psíquico isoladamente em relação ao conjunto mental do indivíduo), refutando oposição entre o que é subjetivo e o que está no coletivo. Em 1956, no seminário III, *As psicoses*, Lacan define a estrutura como um grupo de elementos que se relacionam entre si evidenciando especificidades do conjunto ao qual pertencem tais elementos; em outras palavras, o fenômeno psíquico não pode ser compreendido por si mesmo.

“Primeiro, que o desejo, o inconsciente e algumas outras noções da psicanálise enunciam-se melhor em caracteres matemáticos que nos termos reflexivos da linguagem comum, que é também a linguagem filosófica, porque os significantes são mesmo a realidade da sua expressão.”³ (Cléro, 2002, p. 45)

A partir do conceito de estrutura, fundamentado pelo viés da lingüística estruturalista, Lacan inscreve o inconsciente em uma rede de inteligibilidade que remete à estrutura de linguagem, ou seja, o inconsciente é estruturado como uma linguagem. O empreendimento lacaniano não é novidade na psicanálise, já que Freud em sua *Traumdeutung*⁴, ao estabelecer o sonho como via régia de acesso ao inconsciente, expõe a comunalidade entre o mundo das palavras e o mundo das imagens: ambos são regidos pelas mesmas propriedades, a condensação (metáfora – substituição de significantes) e o deslocamento (metonímia – associação contígua de significantes).

Há dessa forma uma mudança significativa pela pontuação lacaniana sobre o texto de Freud, quanto à concepção da psicose enquanto uma estrutura, e sobretudo, estrutura clínica e diferenciada da neurose. Isso nos permite definitivamente diferenciar

³ Tradução do original em francês : “D’abord, en ce que le désir, l’inconscient et quelques autres notions de la psychanalyse s’énoncent mieux en caractères mathématiques que dans les termes réflexifs du langage ordinaire, qui est aussi le langage philosophique, parce que les signifiants sont la réalité même de leur expression.” (p. 45)

⁴ Título em alemão de *A interpretação dos sonhos*, 1900.

a experiência da loucura do que concebemos aqui por psicose, o que não exclui necessariamente uma relação entre ambas, o que será discutido no capítulo III.

Psicose e neurose são estruturas que se revelam pela relação entre seus elementos evidenciada pela palavra do sujeito em ato analítico, palavra esta que revela uma posição singular diante da articulação de real, simbólico e imaginário. Concepção esta que revela Lacan na utilização dos matemas, em alusão ao que faz por exemplo a matemática.

“Os matemas oferecem o melhor exemplo desse tipo de discurso que progride sem pensar, a não ser via simbólico. São os matemas que dizem o melhor sobre o desejo em sua realidade última. [...] Os símbolos matemáticos são precisamente utilizados pois eles não pensam; eles não são individualizados nem personalizados à maneira como imaginamos os afetos, mas eles são à maneira dos números e por serem materiais, o podem ser como os significantes.”⁵ (Cléro, 2002, p.46)

Ao se depararem com um matema, este não será apenas uma expressão de melhor esclarecimento, mas sim uma sentença sobre o sujeito, assim como uma operação matemática que organiza a realidade, como $f(x) = ax + b$. A psicose é um tipo de estrutura de linguagem pois revela uma relação do sujeito com o significante, e é somente nessa rede de inteligibilidade que podemos compreender a novela da psicose.

O psicótico revela em sua fala a estrutura do inconsciente enquanto uma linguagem sem resistências ao contrário do neurótico que se apresenta sob enigmas, ou seja, seu inconsciente está a céu aberto. E isso permitiu, assim como afirma Quinet

⁵ Tradução do original em francês : “Les mathématiques offrent le meilleur exemple de ce type de discours qui progresse sans penser, si ce n’est de façon symbolique. Ce sont les mathématiques qui disent le mieux le désir dans sa réalité ultime. [...] Les symboles mathématiques sont précisément utilisés parce qu’ils ne pensent pas ; ils ne sont ni individualisés ni personnalisés à la façon dont on imagine que le sont les affects, mais ils le sont à façon des nombres, et parce qu’ils sont matériels, comme peuvent l’être les signifiants.” (p.46)

(2009b), que Freud analisasse um psicótico sem nunca tê-lo encontrado – o presidente Schreber, através de sua autobiografia.

I. a. Do caso Schreber e da psicose em Freud

É de certo difícil falar a respeito da psicose dentro da obra freudiana, já que sua teoria referente a essa estrutura não avança muito além do campo teórico e alguma proposição a respeito do tratamento e da prática analítica nesse tipo de caso fica apenas na ordem da alusão. Mesmo que nos textos de 1924 – *Neurose e Psicose* e *A perda da realidade na neurose e na psicose* – e no de 1938 – *A clivagem do eu nos processos de defesa* – Freud tenha se debruçado em descrever os mecanismos psíquicos diferenciais entre psicose e neurose, identificando semelhanças importantes entre o conteúdo dos delírios persecutórios característicos da paranóia e o conteúdo do material recalcado dos neuróticos, é o caso do presidente Schreber, anterior a esses textos, que se faz como texto por excelência da teoria freudiana a respeito da psicose.

Observa-se que a clínica freudiana é aquela da neurose, mais especificamente da histeria e da neurose obsessiva. Concomitante às crescentes discussões e divergências entre Freud e Jung a respeito da libido bem como de sua relação com o eu, a partir de 1907, ao se interessar pela paranóia e pela esquizofrenia, Freud toma conhecimento da autobiografia de Daniel Paul Schreber, publicada em 1903. Assim como Lacan com Joyce, Freud jamais teve um encontro com o senhor Schreber, de modo que a interpretação das angústias persecutórias e de seus delírios provenientes de um desejo homossexual recalcado foram feitas pelo psicanalista a partir dos escritos do presidente.

No entanto, a análise do caso Schreber efetuada por Freud se limitou a uma descrição dos mecanismos psíquicos da psicose, e mesmo após textos de 1924 e 1938, a prática clínica em casos psicóticos não foi além de sua máxima de que pacientes psicóticos não podem estabelecer transferência e portanto não vêm ao divã.

Trataremos do caso Schreber sem ter acesso direto à sua autobiografia, de modo que o histórico de sua doença será apresentado a partir do que escreve Freud em seu texto de 1911. A partir do escrito, tomamos conhecimento do primeiro surto de Schreber, em 1884, após o fracasso de sua candidatura ao *Reichstag* (parlamento alemão), aos 42 anos de vida. É a partir desse episódio, de caráter hipocondríaco, que o presidente chega à clínica de Flechsig, psiquiatra de reconhecimento internacional, da qual é considerado curado após alguns meses de tratamento.

O segundo surto se daria em 1893, quando Schreber fora nomeado para a presidência da Corte de Apelação: por conta de um delírio persecutório que se construía pela idéia de que um complô pretendia transformá-lo em uma mulher a ser excessivamente abusada e posteriormente abandonada, o presidente retornou à clínica do professor Flechsig. Em um primeiro momento, o complô do delírio se presentificava na figura de Flechsig, o qual posteriormente dá lugar à figura de Deus – o delírio da transformação em mulher enquanto abuso se faz a partir de então como uma espécie de redenção, na qual Schreber faria parte de um plano divino (ser a mulher de Deus para gerar novos seres humanos).

Freud aponta que o perseguidor de Daniel Schreber teria sido o professor Flechsig desde o princípio, mesmo após a transformação na figura de Deus. No entanto, a questão que se suscitava em Freud era a que, se Schreber descrevia o professor com

tamanha afeição e grande reconhecimento por ter sido ele o responsável por sua cura, que motivo faria com que esse mesmo objeto de admiração se tornasse, em delírio, um tirano perseguidor?

Segundo Freud (1911), a transformação do Flechsig objeto se deve a uma reversão de amor em ódio, por conta de um desejo homossexual recalçado; o reconhecimento do curador se fundamentava em uma transferência bastante erotizada em relação à figura desse médico – por isso a transformação em mulher para que a cópula se tornasse possível. Nesse mesmo sentido encontra-se a transmutação em figura divina: o desejo pelo professor torna-se mais aceitável por conta da “racionalização” de que a relação fazendo parte de um plano de Deus estaria justificada.

Freud avança ainda mais em sua análise, ao identificar a relação de Schreber com Flechsig como uma revivência do amor intenso que o presidente nutria por seu pai. Freud não teve acesso a nenhuma informação biográfica a respeito da vida familiar do presidente, de modo que o único material com o qual trabalhou foram as memórias de Daniel Schreber; ele identifica em suas palavras um pai severo e castrador, sendo que o temor de ser castrado pelo pai (por conta da masturbação) teria levado a criança a assumir uma posição homossexualmente passiva ou simplesmente feminina, a partir de sentimentos de submissão e raiva.

Segundo Freud (1911), o que caracteriza a paranóia de Schreber não é o conteúdo homossexual de seu delírio, já que é igualmente encontrado também na neurose, seja em estado latente, seja em estado manifesto; o delírio persecutório seria construído enquanto defesa contra o desejo homossexual, cuja idéia não pôde ser mantida no inconsciente por ação de um mecanismo como o recalque.

De fato, segundo Freud (1911), a experiência da homossexualidade é algo do universal vivenciada em um período intermediário entre a fase auto-erótica do desenvolvimento, e o momento da escolha objetal – nomeada por **fase narcísica** do desenvolvimento. Ao chegar o momento da escolha de um objeto heterossexual, de acordo com a ordem social e com a introjeção singular dessa mesma ordem, a tendência homossexual é recalcada, permanecendo latente. No caso da psicose, e especificamente da paranóia, há uma coincidência de fixação, ou mesmo de regressão, na fase narcísica em que o sujeito vivencia relações de amor pelo mesmo sexo.

Por fim, Freud conclui suas reflexões a respeito da paranóia de Schreber a partir de uma máxima, não exclusiva do presidente, mas própria de todas as formas de paranóia: *“Eu o amo (ele, o homem)”*. A idéia de amar outro homem não é aceita pelo consciente e o delírio paranóico se constrói por dois mecanismos: o de reversão e o de projeção. Em primeiro, na reversão, a natureza do sentimento é revertida, de modo que ao invés de amar, odeia-se. Segundo, na projeção, o sentimento de ódio que é recalcado reaparece com toda sua potência, agora então projetado em um objeto exterior ao sujeito *“Quem odeia não sou eu, ele me odeia”*. A percepção se altera e há quase uma racionalização, pois o desamor pelo outro é justificado pois este persegue o sujeito.

Neurose e psicose

Em um conjunto sucessivo de artigos, como *Neurose e Psicose*, *A perda da realidade na neurose e na psicose*, *A divisão do eu no processo de defesa*, entre outros, Freud procura estabelecer quais os mecanismos psíquicos particulares da psicose, diferenciando-a da neurose, bem como adicionando suas novas formulações

apresentadas principalmente em *Além do princípio de prazer* (1920) e *O eu e o isso* (1923).

Segundo Freud (1924b), o que diferencia neurose de psicose é que, na neurose, o Eu mantém uma relação de lealdade em relação à realidade externa, em uma tentativa de se sobrepor de maneira eficaz às exigências incessantes do Isso. Dessa maneira, o que caracterizaria o efeito “patológico” da psicose seria uma relativa fraqueza do Eu, o qual se deixa dominar pelo Isso, rompendo relação com a realidade.

“No trabalho que mencionei, descrevi os numerosos relacionamentos dependentes do ego, sua posição intermediária entre o mundo externo e o id e seus esforços para comprazer todos os seus senhores ao mesmo tempo. Em vinculação com uma seqüência de pensamento levantada em outros campos, relativa à origem e prevenção das psicoses, ocorreu-me agora uma fórmula simples que trata com aquilo que talvez seja a mais importante diferença genética entre uma neurose e uma psicose: *a neurose é o resultado de um conflito entre o ego e o id, ao passo que a psicose é o desfecho análogo de um distúrbio semelhante nas relações entre o ego e o mundo externo.*” (Freud, 1924b [1996], p. 167)

Ao tratar da neurose de transferência, Freud pontua que a natureza do conflito entre Eu e Isso reside em uma exigência pulsional indesejável, contra qual a proteção mais viável encontra-se no recalque. No entanto, no duelo de forças (as quais devem estar sempre em igualdade), o recalcado busca a satisfação ao menos parcial e se revolta, insiste, e repete, retornando sob a forma de uma representação: o sintoma. Na psicose, o conflito se desloca para a relação entre o eu e a forma como a exterioridade é apercebida – no caso da alucinação, o rompimento se dá também no mundo interno, de modo que o Eu cria ao mesmo tempo outra realidade, tanto a externa quanto a interna.

O ponto em comum entre neurose e psicose encontra-se em sua origem: a frustração, ou seja, os desejos de natureza edípica nunca realizados, que se efetua sempre em um movimento do fora para dentro, seja quando o agente é o contrato social, seja quando o agente é a representação interna desse contrato (a consciência moral enquanto função do Supereu).

Ainda em *Neurose e Psicose* (1924b), Freud delimita nova entidade de sua nosografia, caracterizada por um conflito entre o Eu e o Supereu, enquanto transição entre a psicose e as neuroses de transferência. São as psiconeuroses narcísicas, cujo exemplo por excelência é a melancolia.

Em *A perda da realidade na neurose e na psicose* (1924e), Freud ainda tentando estabelecer a distinção entre neurose e psicose, agora se debruça sobre a delimitação de um mecanismo na psicose, que fosse análogo ao recalque, e através do qual o Eu se separa da realidade exterior. Se há uma perturbação da maneira como se apercebe a realidade tanto eu neurose quando psicose, a questão é que meios fazem com que o Eu não adoça diante as exigências das instancias que tentam dominá-lo, ou seja, há uma questão econômica em que há uma diversidade da natureza das perturbações.

Segundo Freud (1924e), na neurose há uma perda da realidade em um primeiro momento, seguida por um contrato entre as instâncias, que é o sintoma, de modo que na primeira etapa, o fragmento de realidade que se evita é que produz é que produz o recalque.

“Permitam-me retornar, a título de exemplo, a um caso analisado há anos atrás, em que a paciente, uma jovem, estava enamorada do cunhado. De pé ao lado do leito de morte da irmã, ela ficou horrorizada de ter o pensamento: “Agora ele está livre e pode casar comigo”. Essa cena foi instantaneamente esquecida e assim o processo de regressão, que conduziu a seus sofrimentos

históricos, foi acionado. Exatamente nesse caso é, ademais, instrutivo aprender ao longo de que via a neurose tentou solucionar o conflito. Ela se afastou do valor da mudança que ocorrera na realidade, reprimindo a exigência instintual que havia surgido – isto é, seu amor pelo cunhado. A reação psicótica teria sido uma rejeição do fato da morte da irmã.” (Freud, 1924e [1996], p. 206)

Freud assinala que no caso apresentado o fato de recalcar o amor pelo cunhado produz como consequência a evitação do confronto com a realidade – o cunhado estar agora solteiro e disponível. Em seguida, Freud introduz o conceito de *negação da realidade* para explicar o que se passa em uma resolução psicótica do caso. Esse conceito será mais bem esclarecido em *A negativa*, texto de 1925, no qual Freud estabelece distinção entre *Verneinung* (negação) e *Verleugnung* (desmentira), ao falar sobre as diferenças entre menino e menina quanto ao desenvolvimento sexual.

Freud aponta que a negação da realidade caracteriza a psicose. Em um primeiro momento, o Eu se separa da realidade através da negação, e em um segundo momento, rompe com a realidade interna para recriar uma nova realidade, seja através do delírio e/ou da alucinação. Enquanto que na neurose o sujeito “foge” do fragmento de realidade, na psicose o sujeito nega e constrói outra realidade em seu lugar.

Segundo Freud, a semelhança entre neurose e psicose vai além da perturbação da apercepção do mundo real, de modo que inclui a produção de angústia ao lado da formação do sintoma: na neurose por conta do retorno do recalcado, na psicose pelo retorno do negado.

Por fim, a conclusão de Freud em ambos os textos é a mesma. Não há uma distinção nítida entre neurose e psicose quanto ao rompimento com a realidade e a sua substituição por algo menos insustentável. A diferença se encontra na forma como cada realidade é recriada: na neurose através da fantasia e na psicose via alucinação e/ou

delírio. Enquanto na neurose o rompimento com a realidade é parcial, em que o neurótico imprime um sentido simbólico nas suas fantasias, na psicose a distinção não é total – o psicótico faz da alucinação ou de seu delírio sua nova verdade.

I.b. Da forclusão do Nome-do-Pai

O aforismo lacaniano de que “o inconsciente é o Outro” implica dizer que o Outro, enquanto morada do significante, antecede ao sujeito. A divisão do sujeito pela ordem significante inscreve o sujeito em uma estrutura que ordena a sustentação imaginária diante do real, caracterizando a realidade humana como simbólica. Para que essa realidade seja estruturada via simbólico é preciso que o objeto causa do desejo caia da substituição de S_1 por S_2 , a partir da inclusão do significante Nome-do-Pai no Outro. A negação desse Outro como barrado, caracteriza a essência da forclusão, enquanto uma forma de negação da castração.

Lacan (1932) considera a forclusão como fracasso da metáfora materna, em que o significante da lei se encontra exterior ao sujeito, mas que, negado no simbólico, retorna no registro do real nos delírios e alucinações que caracterizam a psicose. Nesse sentido, o termo em francês (*forclusion*) se remete à *Verwefung* freudiana, mas em Lacan adquire um sentido além, ao caracterizar um evento que perde a sua função após não ter se processado em tempo útil: a metáfora paterna.

A forclusão indica uma fixação do sujeito a uma representação alienada fornecida pelo Outro. Em posição de objeto, o sujeito não tem acesso ao significante fálico, e nesse sentido encontra-se fora da significação fálica, e portanto, fora da partilha sexual. Reconhecer a diferença sexual, e se incluir em um desses conjuntos, homem ou

mulher, implica que a criança não se reconhece enquanto terceira na relação entre os pais, o que significa entender que a mãe à qual ela completa e da qual é objeto de gozo é castrada.

A resolução neurótica edipiana atesta o reconhecimento pelo sujeito da inconsistência do Outro (em amparar e representar o sujeito) e relegá-lo ao lugar do inconsciente enquanto ação do recalque. Na psicose, o Outro emerge como o não-castrado, à semelhança do pai terrível e gozador que tinha acesso a todas as mulheres, no mito da horda primitiva descrito por Freud em *Totem e Tabu*; em seu texto, Freud aponta o assassinato do pai como ato fundamental para que seus filhos pudessem ter acesso às mulheres da tribo, mas que a morte do pai deixa um lugar vazio, já que ao morrer esse pai faz se perder também o gozo do Outro. O pai morto permite à criança se inscrever no conjunto dos sexos: o menino, aquele que conserva seu pênis enquanto aquilo que significa o desejo materno; a menina, como a que não tem a chave do desejo da mãe.

Esse empuxo-à-mulher, característico da estrutura psicótica, fica muito claro no caso Schreber, através do lugar de mulher que assume em seus delírios. Ao ser nomeado para o Tribunal de Apelação, sustentando seu desejo, a crise de Schreber é sucedida pela construção de que ele deveria ser uma mulher-objeto para o abuso de todos os homens; se ele não é o falo materno, e diante de um pai castrador nem pode tê-lo, lhe resta se identificar a uma posição feminina – a mulher se empresta como falo ao homem para que possa reaver o que a mãe deseja. Ao lado da mulher, sem acesso ao significante fálico, não pode se perceber como homem, Schreber restaura a experiência de satisfação como o que preenche a falta materna; a mãe aparece então sobre a figura de Deus, como aquele que escolheu Schreber, dentre todos os homens, para ser A SUA mulher. Em seu delírio o presidente se reassume como “*Sua majestade, o bebê*”. Deus aparece como o

Outro que goza e que, enquanto uma instância superegóica, dita à Schreber de maneira terrorífica o que deve fazer, atestando que não houve uma simbolização das ausências e presenças da mãe.

Talvez seja o *fort-da* a ilustração mais explícita para o processo de simbolização original, transcorrido durante a metáfora paterna e referente à aquisição pela criança do controle simbólico do objeto perdido – lembrando o *fort-da* como o jogo apresentado por Freud em *Além do princípio do prazer*, texto de 1920.

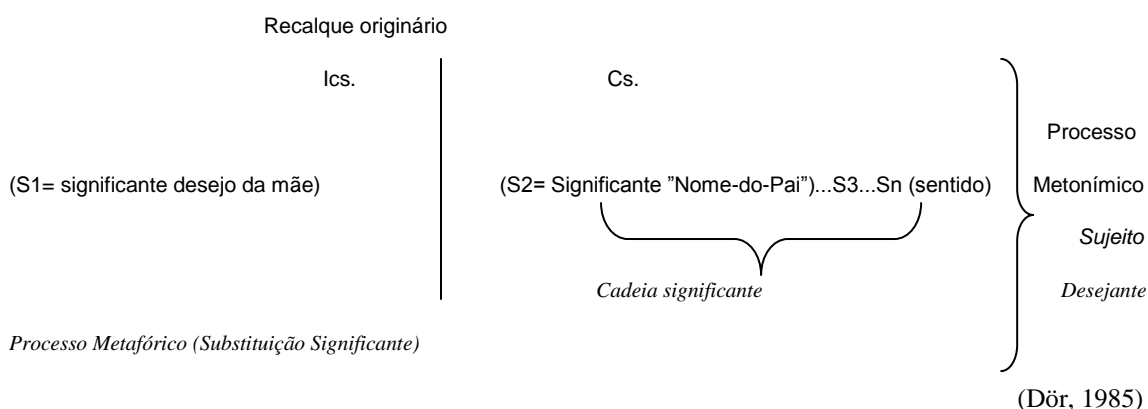
No caso da situação descrita por Freud, vemos uma criança com um carretel de madeira, preso a um cordão, que próxima a uma cama, realizava sucessivas brincadeiras de desaparecer e fazer retornar o carretel. Freud interpreta então o jogo como o ingresso da criança na ordem simbólica, em que, em uma renúncia de satisfação pulsional, a criança pudesse vivenciar a ausência materna sem oposição.

Lacan (1957-1958), considera o *fort-da* exemplo da substituição significativa, de um processo metafórico em que: o carretel substitui a mãe, e sua movimentação as idas e vindas desse objeto; a brincadeira lúdica representa uma inversão da situação pela criança, a seu proveito – se relaciona a uma mudança de posição na trama edípica. Se antes a criança era um simples objeto, passivo, sempre à mercê das vontades e investidas da mãe, através da brincadeira assume uma posição ativa de modo que agora é ela quem pode ou não abandonar a mãe.

Através da experiência, a criança pode vivenciar o controle da ausência do objeto, a mãe, ou seja, ela pode se apropriar do fato de que não é exclusiva no desejo materno, deslocando-se da posição fálica. A partir disso, a criança agora numa posição de sujeito pode mobilizar seu desejo a objetos substitutos, ação possível somente pela inscrição do Nome-do-pai, sustentada pelo recalque originário.

A simbolização da lei desse significante (o Nome-do-Pai) se dá por uma substituição de uma experiência imediata vivenciada pela criança por uma experiência subjetiva, o que exige um processo de substituição significante. Em um primeiro momento, a criança, na posição de objeto fálico se encontra na ordem do ser; então, quando opera o carretel ela se inscreve na dimensão do ter, de modo que ela não é mais apenas o desejo do Outro, mas sim aquele que deseja.

A criança é conduzida a associar a ausência da mãe à presença do pai (se minha mãe não está aqui comigo, é porque está com meu pai). O pai aparece então, primeiro como o falo rival, e depois como aquele que possui o falo, de forma que em uma relação significante a criança nomeia ausência da mãe referindo-se ao pai simbólico. Esse que detém o interesse da mãe porta uma lei: não apenas deseja a mãe, mas esta também está submetida ao seu desejo.



Aceder a essa posição de sujeito implica a aquisição da capacidade de operar o código da língua, inaugurada pela designação simbólica efetuada pela criança do objeto perdido – é preciso renunciar, matar a mãe, para então desejá-la na palavra: “Mãe!”. Recalca-se (S_1), significante do desejo da mãe, assegurando-se uma passagem do

registro do real para um registro simbólico, marcado pela linguagem. Nesse processo metafórico se introduz um novo significante (S_2), o que faz com que o significante anterior seja atravessado pela barra da significação, da separação.

Se na neurose o sujeito se representa por um significante para outro significante, habitando o conjunto da linguagem, na psicose o sujeito deixa a linguagem habitá-lo. A forclusão do Nome-do-Pai pela não-operação da substituição significante faz com que o sujeito se designe não metaforicamente, mas metonimicamente em relação ao significante primeiro, S_1 , já que não se operou o recalque. Sob a ausência do Nome-do-Pai, a relação do sujeito com o significante se revela por um discurso desarticulado, vazio, sem um sentido, em que o sujeito é operado pela fala e não o contrário.

“A forclusão do Nome-do-Pai no Outro, colocando todo o conjunto de significantes do sujeito em causa, tem como efeito os distúrbios de linguagem que caracterizam a psicose, em que significante e significado aparecem radicalmente separados. O Outro na psicose não é o lugar da lei simbólica mas se desvela em sua estrutura de linguagem como o lugar do significante.” (Quinet, 2009b, p.31)

A questão essencial da psicose é justamente sua relação com o significante, pois a permanência de S_1 como significante matriz da identificação preserva o Outro como gozador implacável, já que o psicótico se coloca como o objeto que tampona a falta do Outro. O psicótico se encontra sob um gozo infinito pois o Outro também goza sem nenhuma barreira, e isso se revela em sua cadeia significante ao falar.

Na psicose, a designação metonímica do sujeito a partir do significante primeiro promove uma condensação entre S_1 e S_2 pela ausência de intervalo entre esse primeiro

par de significantes, o que Lacan denomina por holófrase⁶, para caracterizar o enunciado psicótico como uma fala sem pontuação, em blocos. O texto de Schreber, em sua autobiografia, evidencia a irreducibilidade de todo o texto em apenas um significante, de modo que seus capítulos podem ser separados uns dos outros, sem haver relação alguma entre seus conteúdos. Como não há a barra do recálque originário, S_1 e S_2 se solidificam.

I.c. A ordem da verdade

Para que a criança seja inscrita na dialética fálica (ser ou não ser e ter ou não ter), é preciso que ela constitua o falo enquanto um significante; essa operação é efetuada apenas se a criança é retirada da posição de falo, ou seja, ela precisa exteriorizar o falo como objeto de interesse do Outro. Na psicose, o sujeito permanece alienado nesse lugar imaginário de majestade que lhe é relegado pelos pais, ou seja, há um excesso de significação que prende a criança na certeza de que é tudo para a mãe.

O psicótico nesse sentido constrói sua realidade a partir do imaginário, e não pela referência simbólica, que lhe falta. Sabemos que o registro do Imaginário se caracteriza pelo absolutismo das coisas, remetendo mesmo à natureza de uma imagem. Isso nos remete ao Estádio do Espelho, em que Lacan (1949) considera como metáfora da constituição de um eu-primordial, quando da constituição pela criança de um significante ideal que lhe representa para o mundo, S_1 , a mãe.

O outro é concebido como um espelho no imaginário, em que, enquanto imagem, é o que é. Nesse sentido, a ordem da certeza se refere ao imaginário, enquanto

⁶ O termo não é psicanalítico, mas é termo da gramática utilizado para designar a redução mínima dos elementos de uma frase. Lacan não fala explicitamente sobre o conceito, mas lhe faz alusão no seminário *As psicoses*.

que a dúvida envolve a referência simbólica, dada a propriedade de deslizamento do significante, sua primordialidade e arbitrariedade em relação ao significado – no registro do Simbólico nada é o que aparenta ser.

O mundo do surto se refere à eminência da dúvida, que destitui o sujeito da relação especular, desestabilizando a identificação imaginária com seu duplo, que na maioria das vezes, é a mãe. É como se um terceiro emergisse e coloca-se em dúvida a certeza do sujeito de ser o falo materno, o que para o psicótico é insuportável. No caso de Schreber, ao ser empossado para a presidência do Tribunal de Apelação, lhe é atribuída uma função paterna, de legislar e portanto, se responsabilizar pela transmissão da falta; porém, sem a referência do Nome-do-Pai o sujeito o representa apenas como uma imagem, para suplantar o vazio que há em seu lugar.

Sem a ordenação do simbólico, o imaginário não suporta os furos do real, levando o sujeito psicótico à desestabilização. Lacan (1956) concebe a psicose a partir dos conceitos de desencadeamento, desenrolar e estabilização, para explicar a desarticulação dos registros no sujeito psicótico enquanto efeito da forclusão do Nome-do-Pai. No desencadeamento e desenrolar vemos isolados: o simbólico, que chama o sujeito a sustentar seu desejo quando da nomeação ao Tribunal; o imaginário quando Schreber por vezes evoca o papel gozoso da mulher na experiência sexual; e o real, quando da experiência de esfacelamento do corpo, em que os órgãos passam a se automatizar.

O restabelecimento de Schreber, a estabilização, se faz pela construção do delírio, em que há uma tentativa de reintegrar todos os registros, restabelecendo sua relação com os demais e escrevendo suas memórias, o que lhe valeu para ganhar sua liberdade do Hospital de Custódia:

“No fim, Schreber se restabelece. Não deixa de ser delirante, mas se recupera a ponto de poder restabelecer sua relação com a realidade [...] No momento dessa estabilização, vemos que as três ordens separadas no começo tornam a se coordenar por meio do delírio. O delírio consegue prender o gozo nas redes do roteiro fantástico pelo qual ele se coordena com a imagem e com o simbólico, sob a forma de um gozo transexualista [...] através da convicção de ele ser a mulher de Deus, e graças à qual, de certa maneira, Schreber se renomeia.” (Soller, 2002, p.16)

Anterior ao surto, a realidade para o psicótico é sustentada por vigas imaginárias, como se estivessem sempre edificadas sobre um solo de areia, prestes a desmoronar. O acontecimento do surto, da emergência do real, é quase uma experiência de fim de mundo que encontra sua solução na reorganização da realidade através do delírio. Mas sobretudo, o que se restaura é a relação imaginária que o sujeito mantinha com seu par especular.

I.d. O objeto *a* na psicose

Para que se institua o objeto perdido do desejo (objeto *a*) é preciso que se efetue a substituição significante, de modo que na repetição significante de S_1 em S_2 se produz um gozo. Esse objeto que cai é algo que se busca via cadeia significante, mas que nunca se consegue reaver. No caso da psicose, esse objeto não se encontra perdido, de modo que o sujeito o possui a seu lado. Mais do que isso, o psicótico se encontra identificado a esse objeto, pois ele acredita ser o objeto causa de desejo de sua mãe.

Em *Introdução ao Narcisismo*, texto de 1914, Freud trata a experiência de satisfação primordial do sujeito como uma vivência de gozo pleno, associando-a à

primeira mamada. Ao que parece, Freud mais procura exemplificar do que conceituar essa experiência em que, em um momento no qual a criança nada demandou, o Outro lhe investiu, libidinizou, lhe dando um a mais que ficou marcado como traço mnêmico enquanto início da vida psíquica.

A substituição significativa atesta essa diferença entre o que o sujeito espera encontrar, e o que de fato ele encontra, e que nessa diferença encontra-se o objeto perdido. O psicótico não consegue suportar o que ele encontra, e em sua realidade só há espaço para o que quer, o que revela, nessa posse do objeto a como livro de bolso, um gozo narcísico.

No caso da neurose, o sujeito barrado, inscrito na dimensão da falta, tem o objeto *a* exterior a seu corpo, e sobretudo, por ser faltoso, esse objeto encontra-se perdido e permanece no inconsciente simplesmente como um traço. É isso o que permite que um homem e uma mulher possam se envolver por essa interação imaginária que denominamos por sexo: a mulher ou o homem desejados podem possuir o objeto que tampona a falta do sujeito, ou levá-lo a revivenciar uma experiência de satisfação perdida. Nesse sentido, podemos compreender porque grande parte das psicoses se desencadeia na adolescência, enquanto esse momento derradeiro de encontro pontuado pela sociedade com o sexo, não o ato, mas a diferenciação sexual e a atestação da inconsistência do Outro em amparar tudo o que o sujeito espera.

“Por não ter acesso ao significante que lhe permitiria situar-se como homem na repartição dos sexos e por dever ser o falo, o psicótico é levado a situar-se ao lado da mulher. Isto é o que Lacan caracterizou como o efeito empuxo-à-mulher da psicose. Schreber, enquanto objeto do gozo do Outro, reproduz de forma analógica o bebê identificado com o falo, com o objeto de desejo da Mãe. [...] Na situação de trazer para si a posição do falo... Schreber

constrói o mundo por intermédio dessa teodicéia delirante onde ele é o centro de toda significação.” (Quinet, 2009b, p.26)

Nos neuróticos, o Real do sexo é suplantado pela relação que se estabelece a partir da fantasia inconsciente, o que indica que a falta do sujeito se constitui pela falta do Outro, o qual ao ser barrado dimensiona o objeto a também externo ao seu corpo.

$$\S \diamond a$$

Na psicose, se o delírio reorganiza o sujeito ao reconstituir a relação especular, ele também se processa numa tentativa do sujeito concentrar seu gozo em um objeto outro, que não o próprio corpo.

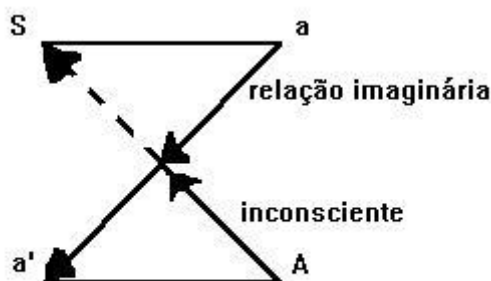
I.e. Da psicose paranóica

Lacan (1956) caracteriza a paranóia como um sujeito submetido a um Outro ameaçador e perseguidor, que, sem a inscrição do Nome-do-Pai, goza e goza ilimitadamente. Se na esquizofrenia o sujeito identifica o gozo em seu próprio corpo, na paranóia o gozo está no Outro, e esse Outro só goza e demanda ao sujeito que lhe faça gozar, pois está o psicótico como seu objeto de gozo. Esse Outro gozador se refere a ordem do real na paranóia.

O delírio de Schreber consiste nessa posição à qual se presta o presidente, de ser a mulher de todos os homens. No entanto, os homens o tomam não como virgem imaculada, mas como uma servidora sexual capaz de atender a seus abusos e mandos e

desmandos; posteriormente, a posição de Schreber se modifica pelo engrandecimento do Eu ao assumir o papel da mulher escolhida de Deus, o que não deixa de tirar o peso da tarefa de varrer o mundo e criar uma nova civilização.

Da ordem do imaginário, há na paranóia uma regressão ao narcisismo, o Estádio do Espelho, que assinala a apreensão do eu-primordial a partir do que enuncia o Outro. O sujeito se vê refletido em uma imagem unificada no olhar materno, que lhe endereça um lugar; no entanto, a imagem no espelho ao mesmo tempo em que se refere ao sujeito ela não o é, de modo que o outro é apreendido tanto como cópia quanto como alguém que com ele rivaliza. Segundo Quinet (2009b), isso atribui um caráter paranóico à constituição do eu primordial para todo sujeito: o eu é sempre paranóico pois está sempre acompanhado pelo outro (a-a’):



Estádio do espelho (Dör, 1985)

A paranóia aponta a uma fixação do sujeito nessa relação dual, pela ausência do significante do Nome-do-Pai, o que o impossibilita de aperceber o corpo de fato, posto que todo corpo só se assume definitivamente através da ordem significante. Schreber através de seu delírio se pergunta “sou homem ou sou mulher” e o Outro, na figura de Flechsig e de Deus, aparece como seu semelhante.

Em referência ao simbólico, essa fixação do sujeito no Outro como significante primeiro, se refere à uma preservação de S_1 como significante materno desarticulado do Nome-do-Pai. Quinet (2006) nomeia esse processo de retenção significante, em que o desejo da mãe aparece como significante ideal, já que o sujeito paranóico está na posição do objeto que tampona o desejo do Outro – Deus ama Schreber, Deus escolheu Schreber dentre todos os homens.

O outro se torna um Outro que se assume como lei (ao ditar o que o paranóico deve ou não fazer), mas também que é o sem lei – o que goza, persegue e quer destruir o sujeito. Ao mesmo tempo em que em seu delírio o Outro lhe tortura (ser abusado para ser largado como resto), Schreber encontra um lugar no simbólico via o gozo transexualista – se transmuta na mulher de Deus. Essa retenção do Outro como significante ideal pode possibilitar ao paranóico se inscrever em algumas estruturas discursivas – no caso de Schreber, os lugares que ocupa envolvem uma relação com o poder, em que é ele quem sabe – o presidente, que sabe o bem para todos.

Não é raro em nossa vida cotidiana encontrarmos paranóicos razoavelmente inseridos, nos lugares de controle da sociedade como o governo e a educação, através de laços sociais extremamente rígidos, seja numa posição de dominação, seja numa posição de dominado. Pois:

“Ele é o Um da liderança... Se identificado à lei e ocupando postos de poder, ele se torna facilmente um tirano, porque se acredita aquilo que ele representa... pela sua afinidade com o S_1 , coletiviza, podendo levar seus súditos ao pior... pode também entrar no discurso universitário identificando-se ao saber e tratando a todos como objetos...

Mas ele pode também entrar nos laços sociais como o *outro* desses discursos e aceitar ser mandado... Porém devemos estar atentos e acolher aquilo

que o faz escapar do discurso no qual não consegue localizar seu gozo... gerando incompatibilidade de frequentar o laço social.” (Quinet, 2006, p.54-55)

I.f. Da psicose esquizofrênica

Trataremos aqui apenas os dois tipos clínicos da psicose que estão próximos, mas que Freud e Lacan se esforçaram em diferenciar, seja no caso Schreber, seja no seminário das psicoses: a paranóia e a esquizofrenia. Além disso, há a questão da minha experiência clínica, que não se refere à melancolia. Nesse sentido, me limitarei a falar sobre o que vivenciei em Bonneuil e em outras instituições que se prestam ao tratamento da psicose, que é sobre minha posição nessa clínica enquanto analista.

Se na paranóia o desejo materno permanece enquanto um significante ideal, fazendo o Outro emergir como o duplo igual e rival, na esquizofrenia o desejo da mãe encontra-se ausente e diante desse vazio o sujeito se esfacela. Na neurose:

S_2 = “Nome-do-pai” / S_1 = significante desejo da mãe / X = qualquer coisa que possa significar o desejo da mãe

$$\frac{S_2}{S_1} = S_2 [I/x]$$

$$S_1 \quad x$$

No caso I (inconsciente) lembra que S_1 foi recalcado em virtude da substituição significante. X lembra falo, no sentido de qualquer coisa que possa preencher a falta materna. (Dör, 1985, p. 61)

Na paranóia, há a forclusão do Nome-do-Pai, mas há uma sustentação via o significante Ideal (I), já que o desejo da mãe não foi metaforizado:

$$\frac{S_1}{X} \rightarrow I$$

Na esquizofrenia, além da forclusão do Nome-do-Pai encontra-se ausente o significante do desejo da mãe, de modo que sobre ao sujeito a identificação com uma incógnita, a partir da qual o sujeito não pode constituir tampouco a experiência corporal primária.

X (?)

Nesse sentido, enquanto que a paranóia se refere a uma regressão ou fixação no Estádio do Espelho, o ponto da esquizofrenia se encontra em momento anterior, referente à desorganização corporal, da pura parcialidade pulsional: o auto-erotismo, assim como aponta Freud na análise do caso Schreber. Se na paranóia a construção delirante dá assento ao imaginário, na esquizofrenia o real encontra-se completamente escancarado, e as alucinações e emancipações corporais se revelam uma tentativa de cura a outra organização – o autismo.

“O investimento nas palavras, a alucinação, o delírio e a arte são tentativas espontâneas de cura promovidas pelo sujeito na esquizofrenia... Mas cura de quê, se eles são considerados, como diz Freud, a própria doença? *São tentativas de cura do autismo, da radical exclusão do discurso como laço social.* O autismo é a situação em que o esquizofrênico se encontra; fora de qualquer laço, isolado, pois seu investimento todo retorna sobre si mesmo, concentrando o próprio gozo em seu corpo. Todas as manifestações consideradas patológicas do esquizofrênico são tentativas de estabelecer o vínculo com os outros ou, segundo Freud, com os objetos.” (Quinet, 2006, p.53)

Ao contrário da paranóia em que o Outro é consistente, na esquizofrenia ele é praticamente um fantasma, que é percebido através das alucinações enquanto vozes que

falam incansavelmente através de uma cadeia significante estilhaçada – como se os significantes aparecessem na boca do sujeito à sua revelia, sem sentido ou por muitas vezes, impregnados de significação.

Em Bonneuil, por exemplo, em uma das salas que acompanhei, era comum de repente uma criança começar a falar como se um verdadeiro dicionário a invadisse. Quando inscrita em uma conversação, e que minha fala se fazia como ponto e contorno no *lalangue* (o gozo puro da língua), era comum enunciar palavras que nada tinham a ver (ao ser perguntado como foi seu final de semana, o sujeito responde chapéu) ou então trazer um conjunto de significantes cheio de sentidos, como por exemplo, uma poesia, ou um aforismo, mas sem contextualização. Ao nos referirmos ao registro do Simbólico, é característica da esquizofrenia essa dispersão significante.

Quanto à emancipação dos órgãos, diante da dispersão significante e da impossibilidade de apreender pelo desejo materno a matriz simbólica que se efetua através do narcisismo, os significantes se espalham pelo corpo sem que haja algo que possa estruturá-lo como algo compartimentado, mas que precisa se coordenar. Ao enunciar um corpo para seu filho, a mãe define uma matriz a partir da qual o sujeito se organiza para inscrever seu corpo na ordem significante – o pênis, enquanto órgão fundamental da lógica edípica precisa ser apercebido primeiramente pelo imaginário, de que é isso que a mãe precisa para seu desejo, o que é praticamente concomitante à sua atribuição simbólica, quando esse órgão adquire o status de significante, o falo.

“No campo das neuroses a passagem do órgão a significante não implica seu desaparecimento no real. O órgão entra como significante na constituição simbólica do corpo. No neurótico a entrada de um órgão no significante equivale à sua funcionalização, ou seja, o sujeito faz funcionar este órgão no discurso. No esquizofrênico, a incidência do significante sobre o órgão

leva-o ao desaparecimento, como bem ilustram as tentativas dramáticas de castração no real. Na esquizofrenia a incidência do significante sobre o sujeito, sobre todo o organismo, é algo que leva esse sujeito ao seu desaparecimento, à cadaverização, à catatonia.” (Quinet, 2006, p.115)

II. SOBRE BONNEUIL

“Em Bonneuil, posso me permitir não ter paciência com uma criança”

Quando Freud (1920) descreve o jogo do *fort-da*, ele explicita nada mais do que a entrada da criança no registro do simbólico, implicando que esse processo só é possível a partir da aquisição da propriedade, pelo *infans*, de nomear, alternadamente, presença e ausência. Referente à própria possibilidade de operar o código da língua – dizer a palavra da morte da coisa em si – o jogo simboliza o domínio imaginário da criança sobre a presença e a ausência maternas, o que se exprime no lançar e no retornar para si do carretel.

Bonneuil, “a instituição estourada”, propõe atividades no dentro (os diversos ateliês, as atividades educacionais formais) e também no fora (nos alojamentos de noite, nas famílias acolhedoras, nos ambientes de trabalho para os adolescentes). Não podemos, claro, nos esquecer: Bonneuil é ainda uma instituição e por conta disso, é um lugar de acolhimento, sobretudo protegido – mas nem por isso deixa de considerar que há um fora a essa instituição.

Engendrada na lógica “instituição estourada”, Bonneuil é algo singular, diversa de outras instituições que se propõem a fazer “a educação” e o “tratamento mental”, pois ela dá lugar não apenas às crianças e aos adolescentes, nem somente aos psicóticos e deficientes, mas sobretudo a todos que dela participam: crianças, adolescentes e adultos, todos esses com um percurso de desejo. Exatamente por isso não é absoluta: Bonneuil não é uma verdade, mas diversas verdades que representam vivências particulares, específicas, mas que nem por isso não podem ser compartilhadas.

I.a. Mannoni e a prática institucional

França, 1967. Maud Mannoni organiza as chamadas “Jornadas sobre as Psicoses da Criança”. À época, três direcionamentos dentro do pensamento lacaniano surgem a respeito da psicose e sua relação com o infantil. (Roudinesco & Plon, 1998)

Françoise Dolto centra as discussões sobre a questão da imagem corporal e desenvolve suas proposições sobre a reconstituição da história edipiana do “couple” parental como fundamental a compreensão dos fenômenos psicóticos. Tornou-se expoente da psicanálise de crianças, ao dizer que o tratamento da criança deve se basear em conferir a esse indivíduo uma escuta, sem restringir-se às suas expressões lúdicas.

A própria Mannoni, que volta suas reflexões para a invenção da prática psicanalítica, de forma que esta fosse capaz de operar uma auto-crítica a respeito da posição do analista, sem reproduzir e/ou complementar relações alienadoras já estabelecidas entre mãe e criança.

E o casal Lefort – Robert e Rosine – que recentra a reflexão para a questão diagnóstica, ao se apoiar sobre a teoria de alienação e separação (objeto a como causa do desejo), desenvolvida por Lacan a partir da década de 60.

É nesse contexto que, compartilhando posicionamentos semelhantes, Robert Lefort e Maud Mannoni fundam, em 1969, a *École Experimentale de Bonneuil Sur-Marne*. Em primeira instância, a instituição era apenas parte de um centro de estudos e de pesquisas pedagógicas e psicanalíticas, de modo que desenvolveu a sua singularidade ao longo dos tempos.

Bonneuil é oficialmente reconhecida como um hospital-dia, com residências terapêuticas noturnas e financiadas pela Seguridade Social Francesa, sendo que sua edificação encontra-se influenciada por diferentes influências históricas, dentre as quais:

a) o movimento de psicoterapia institucional francês, o qual propõe, na psicoterapia com enquadre institucional, uma transformação das relações baseada no que se pode dizer uma tomada de consciência por funcionários cuidadores, os quais se portam com os cuidados (psicóticos e deficientes) a partir de uma posição semelhante à ocupada por carcereiros em penitenciárias. Segundo Mannoni (1978):

“Centrando a minha investigação sobre o estudo do atraso mental, tal como ela se apresenta na fantasia da mãe, não tinha procurado nem tornar a mãe responsável da deficiência, nem colocar à luz os efeitos, em nível da criança, de certo mecanismo de ocultação a partir do qual funciona a mãe. Eu mostrava como uma doença, sendo ela a mais orgânica, pode assim tomar no outro (parente ou tratando) uma função, conferindo um estatuto que será causa de uma alienação suplementar “do deficiente”. Uma situação pode assim criar-se onde pais, reeducadores, médicos, distantes de procurar entender a criança como sujeito desejando, a como objeto de cuidados em sistemas diversos de recuperação, lhe raptando qualquer palavra particular. Esta mentalidade coletiva em frente do anormal fora denunciada em *A criança retardada e sua mãe*. A pergunta para mim não era a de negar a existência do retardo mental ou da psicose; interrogava-me sobre a forma como ela o é abordada tecnicamente na nossa sociedade e como se agrava transformando em alienação.” (p.10)⁷

b) o movimento da anti-psiquiatria inglesa, desenvolvido na década de 60.

⁷ Tradução do original em francês: “En axant ma recherche sur l’étude de l’arrération mentale, telle qu’elle se présente dans le fantasme de la mère, je n’avais pas tant cherché à rendre la mère responsable du handicap, qu’à mettre en lumière les effets, au niveau de l’enfant, d’un certain mécanisme d’occultation qui fonctionne chez la mère. Je montrais comment une maladie, dût-elle la plus organique, peut ainsi prendre chez l’autre (parent ou soignant) une fonction, se voir conférer un statut qui sera cause d’une aliénation supplémentaire de « l’handicapé ». Une situation peut ainsi se créer où parents, rééducateurs, médecins, loin de chercher à entendre l’enfant comme sujet désirant, l’intègre comme objet de soins dans des systèmes divers de récupération, lui « raptant » toute parole personnelle. Cette mentalité collective face à l’anormal était dénoncée dans *L’enfant arriéré et sa Mère*. Il n’était pas question pour moi de nier l’existence de l’arriération mentale ou de la psychose ; je m’interrogeais sur la façon dont on l’aborde techniquement dans notre société et dont on l’aggrave en transformant en aliénation.” (p. 10).

c) os trabalhos de Michel Foucault e o movimento de 1968.

d) e, sobretudo e estritamente, a psicanálise lacaniana em sua proposta de “retorno à Freud”.

Bonneuil é uma instituição que tenta tomar o sujeito tal como ele é – constituído pela e na sociedade e ao mesmo tempo aquele que vive a vida subjetiva e singularmente – a partir de uma base de princípios psicanalíticos, pós-estruturalistas e anti-psiquiátricos. De certa maneira, os conceitos psicanalíticos não são utilizados somente para dar suporte à compreensão das relações interpessoais, mas também para a compreensão das estruturas institucionais. A psicose não é concebida como um processo patológico, mas sobretudo como uma expressão do conflito entre lei e desejo, diante do insuportável do real. Segundo Mannoni (1978), a psicose deve ser apreendida no que concernem as relações sociais – portanto, em Bonneuil, buscam-se outros caminhos possíveis para a exclusão social, partindo, ao mesmo tempo, do sofrimento vivido por esses denominados “loucos”.

II. b. O que é Bonneuil?

Bonneuil tem lugar no número 66, Rua Pasteur, na periferia parisiense. O estabelecimento da instituição se constitui por três casas, dois armazéns e um grande jardim, os quais compõem o centro da “école expérimentale”. Nesse conjunto de edifícios encontramos as salas de curso, os ateliês artísticos, uma cozinha média com duas salas para comer e um espaço administrativo.

A instituição recebe em torno 37 crianças e adolescentes, sendo que apenas de 25 a 30 estudantes acompanham uma jornada, ou meia jornada, durante toda a semana.

Há em torno de 40 adultos funcionários e quase a mesma quantidade de estagiários que assim como os estudantes não permanecem durante toda a jornada diária.

A jornada em Bonneuil se inicia, geralmente, entre 9:00 e 17:00 horas, sendo dividida em duas partes: o curso escolar matinal e os ateliês terapêuticos vespertinos. Ao meio-dia há um almoço coletivo, nos refeitórios, assim como no jardim, com todos que se encontram no dia no estabelecimento. Todos fazem alguma coisa, conforme suas habilidades: arrumando as mesas, distribuindo a comida, fazendo silêncio (regra não muito bem cumprida), lavando a louça. Em seguida, há uma pequena pausa até as 14 horas, em que tudo acontece (entre conversas e desentendimentos, entre crianças, adolescentes, entre adultos e estudantes, entre adultos).

Todas as manhãs o curso normal (pedagógico) encontra lugar em vários pequenos grupos, divididos conforme as habilidades e os desejos das crianças e dos adolescentes. O princípio que fundamenta essa organização é que o professor não deve se colocar no lugar daquele que tudo sabe – deve vivenciar ao lado dos jovens o novo, esse que ainda não foi descoberto.

Ao lado dessa “libertação”, Mannoni também deu bastante importância para que os estudantes pudessem participar do Programa Oficial de Educação Nacional, seja através da educação à distância, seja através do acompanhamento particular com dois professores. Assim, se o programa é bem executado, o jovem pode ingressar (ou reingressar) na formação escolar formal. Esse tipo de relação apresenta duas funções básicas: primeiro, os jovens devem ser aprovados nos exames finais, já que bem sabemos que nos exames existem regras que devem ser obedecidas (*voilà* a função de borda); segundo, a escola à distância pode funcionar como uma instância mediadora entre o estudante e o adulto, a fim de dissolver certos conflitos que emergem de uma relação hierárquica entre duas pessoas.

Ao mesmo tempo, procura-se desbravar outros caminhos de aprendizagem: percursos substitutos e mais interessantes para esses aos quais chega a dificuldade e que não podem participar do programa escolar à distância. Assim, a leitura, a escrita e a contagem não podem ser as metas de base como em qualquer programa de educação primária, pois se uma criança não pode elaborar um processo de separação, tampouco pode escrever – lembrando que, em senso comum, entende-se que a escrita exige uma habilidade de separar o que se fala daquilo que se escreve.

Nesse sentido, a instituição é aberta todo o tempo ao exterior, pois as crianças e os adolescentes vivenciam certas experiências durante os trabalhos externos que podem possibilitar a superação de determinadas dificuldades de aprendizagem, a qual não pode se resumir ao limite escolar, já que a habilidade artesanal é também considerada. Os ateliês são espaços importantes onde a fantasia e o brincar acontecem e onde o terapêutico ganha lugar, ao desenvolver a possibilidade de se descobrir outros interesses e os ensaiar. Podemos encontrar nos ateliês: a pintura, a música, a dança, o teatro, as marionetes, o mosaico, a argila, as canções latino-americanas, os contos de fada, as bicicletas, o futebol, a jardinagem, a natação, entre tantos outros. Os ateliês são pensados em conjunto entre os adultos que os propõem, de acordo com o que as crianças e os adolescentes apresentam como demanda.

III. A PSICOSE E A CLÍNICA DA EXCLUSÃO

A psicanálise opera pela fala, onde se efetua o deslizamento do significante que retroativamente produz sentido, ou seja, por meio da associação livre o discurso se faz e por meio dele busca-se o acesso ao inconsciente. É exatamente essa relação de separação entre significante e significado que permite que durante a análise possa emergir o sujeito da enunciação, e que explicita o aforismo lacaniano do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Segundo Laurent (1983) estabelece-se uma transferência quando um significante do analista inscreve-se na cadeia de significação do analisando, e quando há uma relação de suposto saber. Na psicose o sujeito não habita na linguagem, e sim a deixa habitá-lo – porém, o analista ainda habita no código lingüístico. Deve então o processo analítico na psicose ter a permanente função de bordejar, de retirar esse sujeito de uma situação de gozo, como a vivenciada nas etapas edípicas anteriores à metáfora paterna? O analista, inscrito na linguagem, deve se valer como significante que corta e que permite ao psicótico uma vivência outra que não a de objeto de gozo do outro.

Partindo de que a psicose não pode ser pensada a partir da clínica tradicional da neurose, observa-se uma radicalização da premissa de que a condição de marginalização do psicótico implica em uma transformação do *setting* analítico.

Ao lado do migrante, do morador de rua, da criança e do adolescente em vulnerabilidade social, do portador de deficiência, da prostituta, enfim, de todos esses personagens à margem na cidade, está o dito “louco” na experiência comum de estranheza. Já tratamos a psicose enquanto uma estrutura clínica, da linguagem, que não equivale à experiência da loucura no sentido de que nem todo “louco” é

psicótico. No entanto, a psicose encontra-se na vivência da loucura no que toca a transgressão, o burlesco, o que rompe com a tradição e com o nominado “normal” da regra social.

O psicótico - esse sujeito que sempre designamos como louco, mas que ele não designa como tal e que ao longo da história foi mais ou menos, ou nunca, integrado a seu meio. O “louco” - aquele que se encontra inscrito na borda, na fronteira, mostrando-se como esse estrangeiro que desafia os limites (sejam eles morais, sociais, jurídicos e/ou políticos). Esse indivíduo oferece quase que um “espetáculo” das condições do que é ser humano e nesse sentido, é por vezes considerado como um monstro, um animal, o bárbaro.

Situado na borda da experiência humana, exprimindo isso que não se exprime ou que não se pode exprimir, o “louco” se encontra capturado pela tendência social de reduzi-lo ao silêncio, ou a uma palavra guiada pela alienação institucionalizante. Se o “louco” não distingue o permitido do interdito, o escândalo da normalidade, ele permite ao menos que os outros tracem os limites e as delimitações entre as zonas: ele permite a divisão, a separação, entre aquilo que faz medo, que desestabiliza – isso que se abre em direção ao ilimitado e ao desconhecido – aquilo que é numerável, conhecido, identificável, familiar.

Paradoxalmente, o “louco” nos evoca a questão dos limites entre o tolerável e o intolerável, entre o pensável e o impensável. Esse personagem construído historicamente encarna por cada um a problemática da cisão, da solidão, e nos serve para o traçado de linhas de demarcação de como se deve ou não desejar. Nesse sentido, pode-se dizer que ele oferece uma gama de desafios, individuais e coletivos, sobre a história constitucional do ser humano e da cultura.

A partir da premissa da exclusão, que definição pode-se dar então à loucura? Segundo Assoun (1981), de início, pelo aforismo freudiano de que “*é anormal e patológica a conduta daquele que não pode amar ou que não pode trabalhar*”, ou seja, o “anormal” não existe, já que anormal é aquele que não pode fazer coisa alguma - Freud retira portanto de um julgamento de valor e da definição de loucura sempre em relação a uma norma (ele rejeita e se afasta da concepção de normalidade em que ser normal é ser conforme um conjunto de regras, sem que o funcionamento geral seja perturbado).

A magistral obra de Foucault de 1978, *História da loucura*, aponta que no século XIX havia uma nítida separação entre o normal e o anormal, de modo que o normal não tinha nada a ver com o anormal, com a loucura, com os defeitos, com as transgressões – ou seja, o louco não é nada. Essa concepção da loucura como um vazio que beira a animalidade encontra-se no “penso, logo existo” de Descartes: se posso pensar e se posso pensar algo, é que não sou louco, e portanto, um louco não pensa.

Foucault (1978) ainda aponta que foram as proposições de Freud que permitiram ir além destas segmentações nítidas entre razão e loucura, e por conseguinte, a exclusão da loucura, a qual não é exatamente um enclausuramento (o que há de visível): é de fato a projeção, a exclusão de si mesmo, de uma parte de si mesmo. É a projeção fora de si, a aposta para fora de si, no exterior, da loucura. E portanto nestas condições, se está no exterior, não se refere a mim. Se isto está fora de mim, bem protegido, me faz descartar a possibilidade do enlouquecimento.

O sujeito que se encontra na situação de exclusão não traz para o processo analítico apenas a dimensão do particular, mas também uma dimensão relacional e política. Dessa maneira, a clínica das exclusões envolve um conjunto de significantes que pedem ao analista toda a atenção, os quais podem atravessar bem como controlar a

relação transferencial (seja através de práticas institucionais, seja através de relações de poder), o que acaba por distorcer a verdadeira ética psicanalítica. Nesse sentido, a burocratização clínica, em que as sociedades e as instituições formais se colocam como o Outro do analista, retira da clínica seu caráter de reinvenção dando lugar às grandes dicotomias: político x clínica, patológico x normal e psíquico x social.

“Trato aqui de uma faceta dessa relação transferencial: a da resistência que paralisa a escuta clínica, e a de algumas estratégias para fazer deslizar o discurso, para produzir novas articulações que permitam a escuta do sujeito e façam valer a ética da psicanálise. O tema é, portanto, o impasse da resistência do analista com uma ética do sujeito; seu confronto com ela. Resistência e transferência são facetas do mesmo fenômeno. Em Freud, a resistência é egóica e ocorre quando o paciente está próximo de elucidar alguns de seus conflitos centrais. Nesse momento, cessam as associações livres e o paciente centra sua atenção na relação com o analista. Lacan aborda outro aspecto da resistência, a do analista, e não a do paciente, ou seja, os entraves que estão na escuta e não no sujeito que fala.” (Rosa, 1999, p. 43)

Podemos assim perceber os efeitos da exclusão social no campo transferencial quando cessa a possibilidade do analista pontuar o discurso do analisando, através:

- a) da hierarquização do poder na relação analítica, a qual assume a estrutura social tal como ela é. O analista, em posição fálica, assume a postura de descoberta em relação ao excluído.
- b) da ortodoxia, em que o analista se apegava ao *corpus* teórico e às práticas tradicionais, sem que sejam consideradas as transformações do discurso moral e econômico.
- c) do gozo de competência, quando o analista permite que a prática intervencionista invada completamente o *setting* e o analista utiliza narcisicamente o psicodiagnóstico,

ou seja, toma a seu favor a possibilidade de diagnosticar para se tornar aquele que detém a verdade do sintoma.

d) pela ignorância, no desconhecimento das carências e da vulnerabilidade a qual estão expostos os indivíduos em situação de exclusão, seja através da responsabilização do sujeito pela condição em que se encontra, seja pela sua vitimização (“o coitado que precisa de ajuda”).

e) do gozo de poder, em que o analista usufrui da posição imaginária de saber que lhe foi dada, identificando-se como aquele que está do lado do bem, efetuando uma verdadeira cruzada de recuperação do excluído.

Certo que o mundo capitalista contemporâneo, da era da globalização, por meio da hegemonia de economias dominantes, dissemina um modelo de sociedade ideal, mais justo e de satisfação plena. Inflige-se no imaginário social a idéia de que há um desejo universal e comum propagado pelas demandas de consumo em massa e ininterruptamente. Mais do que um desejo *um*, o discurso capitalista sobrepõe ao desejo a política do gozo, do a mais, enrijecendo o sujeito em uma cadeia falada alienada à apenas um significante – a lei do mercado que o engessa na lógica do capital e do lucro.

“Nessas situações, a escuta supõe *romper com o pacto de silêncio do grupo social* a que pertencemos e do qual usufruímos; usufruto que supõe a inocência, a ignorância sobre as determinações da miséria do outro e a reflexão sobre a igualdade entre os homens, quando, de fato, o que fazemos é excluí-los. [...] A especificidade na escuta clínica desse sujeito é levar em consideração o lugar que ocupa na lógica discursiva do mercado, ou seja, atentar para o lugar de resto que esse sujeito ocupa na estrutura social e a suspensão do sentido deste lugar, que o sustenta sob condição traumática.” (Rosa, 1999, p. 44;46)

A pós-modernidade apresenta um duplo caráter. Por um lado, os avanços tecnológicos abrem a brecha para um quebra dos fundamentos do contrato social. De outro, promove o desamparo social e discursivo – este último definido pela fragilização das estruturas discursivas sobre as quais se sustenta o vínculo social. O modelo econômico neoliberal promove uma organização pela exclusão e pela lógica do gozo, expondo o sujeito ao traumático, a partir de um dessubjetivação. Nessa violência simbólica, perpetua e submete ao discurso do mestre capitalista, atribuindo-lhe um lugar marginal.

O analista pode, ao trabalhar na clínica da exclusão, deixar-se cair na pretensão narcísica de cura e eficácia contra a psicose, sendo atravessado muitas vezes por discursos alienantes e cronificadores de instituições institucionalizantes. A obra freudiana nos mostrou que o normal e o patológico não eram uma ruptura um com o outro e que havia por conseguinte uma continuidade entre ambos, sendo o patológico apenas uma ampliação do normal. Foi graças ao estudo a partir dos “estados patológicos” que Freud pôde elaborar uma teoria da psique relativa a todo indivíduo; por exemplo, não é somente nos histéricos que podemos encontrar fantasias de sedução – com efeito, para ele, a fantasia de sedução é o que vem dar respostas à introdução do indivíduo na sexualidade, e primeiro, a criança.

A direção de um tratamento possível à psicose não é a cura: o psicótico nunca deixará de o ser. Lacan (1976) nos alerta a não recuar diante da possibilidade de tratamento da psicose, cabendo ao analista a responsabilidade pelo diagnóstico estrutural enquanto fundamental à condução do encontro, sempre e somente a partir do estabelecimento da relação transferencial. E essa relação estabelecida se fez pois houve uma demanda.

“Ao tentarmos formular a estrutura da demanda de análise do psicótico, podemos fazê-lo a partir de duas vertentes: a do simbólico e a do real, embora elas frequentemente se misturem. O psicótico pode dirigir-se ao analista porque emergiu em sua vida uma ou diversas significações sob as quais ele tende a sucumbir. [...] A outra vertente da estrutura de demanda de análise do psicótico é o pedido ao analista de fazer barreira ao gozo do Outro – barreira ao Outro que o persegue, que fala em sua cabeça, que o manipula ou que o olha na rua.” (Quinet, 2009b, p. 127)

III.a. Do conceito de instituição estourada

O conceito de instituição estourada não é produto de um modelo teórico posto em prática, mas sim o representante – assim como um significante – de um processo aberto, o qual se desenvolve a partir de uma dialética permanente entre experiências e procura por respostas, em relação às demandas que emergem durante o desenrolar desse mesmo processo. É claro tudo fundamentado pela psicanálise.

O desenvolvimento do conceito de instituição estourada só foi possível, pois Bonneuil sempre se definiu, desde seu começo, como um lugar de experimentalidade, e nesse caso, o conceito de experimental descreve uma postura institucional de não se submeter a regras tradicionais. Encontramos em Bonneuil espaços vazios, onde tem lugar o imprevisível, para que alguma ou qualquer coisa possa acontecer – ao invés da formalidade e da certeza, se permite colocar em dúvida, ou seja, é uma instituição aberta ao auto-questionamento.

Está aí a verdadeira importância funcional da abertura ao exterior: colocar-se em permanente questão, o que compreende, segundo Mannoni (1973), o que se refere ao papel que uma criança possui em relação à existência dos outros. Dessa maneira, as

crianças podem absorver, por exemplo, medos e problemas parentais, ou seja, isso que pode se manifestar em uma preocupação excessiva com os cuidados da criança.

O que quero dizer, em outras palavras, é que crianças ditas “doentes” podem muitas vezes exercer o papel de justificar uma função institucional de somente se preocupar com o funcionamento mais eficaz, ou seja, quando a instituição toma o usuário de seu serviço como aquele que assegura sua existência. Para Mannoni, uma instituição a qual não possui outros interesses a não ser seus interesses internos, pode produzir efeitos mortais na relação dual instituição paciente, caso não haja espaço para que uma terceira instância possa intervir.

Essas relações duais podem caminhar em direção à imobilidade, com uma série de repetições em uma estrutura, digamos “esclerosada”, conduzindo e legitimando o uso da força, da violência, produzindo a alienação. Nesse sentido, levando em conta que em Bonneuil, por exemplo, o sentido da vida dos adultos não se limita à instituição, existe sempre um fora.

Não quer dizer que Bonneuil é a verdade do que existe em relação ao tratamento da psicose; como toda instituição apresenta dificuldades e contradições, assim como problemas específicos. No entanto, sua singularidade encontra-se exatamente na prática da instituição estourada, que toma em conta a existência de suas dificuldades e as incorpora ao processo de reflexão de suas funções institucionais.

É sobre uma base de conceitos psicanalíticos – do jogo do *fort-da* como simbolização original, e de castração e desejo – além de experiências conjuntamente vivenciadas com as crianças e adolescentes usuários, que a idéia de que a instituição estourada suporta um rompimento é desenvolvida. Esse rompimento deve ser suposto sem que a existência da instituição esteja ameaçada, para então dar possibilidades ao

sujeito (as crianças e os adolescentes com dificuldades em elaborar perdas) de se separar dessa instituição, sem que haja um risco de esfacelamento da própria psique. O sujeito pode vivenciar intensamente experiências de frustração, passíveis de simbolização, sendo que esses cortes simbólicos se fazem de acordo com o modelo de castração simbólica entre mãe-criança, que aqui encontramos transferida para a relação instituição-jovem.

As crianças e adolescentes de Bonneuil podem apreender gradualmente nas acolhidas de longa duração, por exemplo, nas famílias acolhedoras da província ou pelas residências noturnas, a simbolizar tais experiências de perda. O conceito de instituição estourada permite aos jovens de Bonneuil jogar repetidas vezes o *fort-da* e de ter outras experiências com a função de bordejar o gozo, deixando nascer o desejo. Segundo Mannoni (1973):

“O jogo do “*fort-da*” ou desta oscilação entre aqui e lá, é introduzido na École Expérimentale de Bonneuil toda vez que a jornada de uma criança efetua-se em alternância com uma estadia externa [...]. Conjuntamente, com ir e vir, oferece-se um espaço significativo, onde a criança é conduzida a se perder para conhecer a ilusão de reaparecer, apoiando-se como um sujeito pelo jogo de presença-ausência. Em contrapartida com o que ocorria no “*fort-da*”, a mãe não partiu; mas a criança é colocada numa situação a deixar e deixar Bonneuil. O tipo de discurso que se tem a partir de uma presença perdida é mantido.” (p.73)⁸

Tratando-se de uma instituição, Bonneuil se coloca de um lado à disposição de proteger, e de outro, não se cansa em se definir como um não-todo, sempre com um de

⁸ Tradução do original em francês : “Le jeu du « fort-da », ou de cette oscillation entre ici et là, est introduit dans l'École Expérimentale de Bonneuil toute fois qui le séjour là d'un enfant s'effectue dans alternance avec un séjour dehors [...]. Conjointement, avec aller e venir, s'offre un espace significatif, où l'enfant est amené à se perdre pour connaître l'illusion de renaître là, en se soutenant comme un sujet par le jeu de présence-absence. Par contre avec lequel il se passait dans le « fort-da », la mère n'est pas partie ; mais l'enfant est placé dans une situation de la laisser et de laisser Bonneuil. Le type de discours qui s'il a à partir d'une présence perdue se maintient identique.” (p.73)

fora. Nesse sentido, Bonneuil é designada simultaneamente como um lugar de vida e como um lugar de passagem, sendo que para deixá-lo, é preciso ter tido a experiência de inscrição no laço social enquanto um sujeito – lugar que só pode ser dado pelo outro através do ato de reinscrever a criança, o adolescente.

O princípio do jogo do *fort-da* se reflete em Bonneuil sobretudo no ir e vir, entre o centro da instituição (o estabelecimento da Rua Pasteur) e os demais lugares que a compõem (exceto a escola) que se encontram diretamente ligados à instituição (como por exemplo, as residências noturnas) ou que dela são independentes (como por exemplo, as famílias acolhedoras). O centro institucional se oferece como um lugar de recolhimento, mas a vida acontece principalmente no de fora à escola; é fundamental que as crianças adolescentes, antes de estar *fort* por certo tempo, tenham tido a experiência de poder estar *da* na *école*, ou seja, que tenham encontrado um lugar de sujeito a eles dado e reconhecido pelo Outro.

Quando as crianças e adolescentes encontram esse Outro, muitas vezes, estão se separando pela primeira vez dos pais durante uma longa jornada. E essa função de borda não se refere apenas aos pequenos, mas também àqueles que não utilizam da instituição: os pais. Muitos desses pais que ainda vivem a instituição como um prolongamento de si se perdem em suas fantasias de ainda ter, através da instituição, poder sobre o corpo do filho.

Em Bonneuil, os pais podem vivenciar a dor da separação e a sensação de que o poder sobre o corpo infantil não é nem nunca será permanente. Para que ambos tenham bordejado a primordial experiência de gozo, é preciso que as separações sejam alternadas, ou seja, que a separação implica em uma reunião dos mesmos uma outra vez. Isso quer dizer que o objetivo da prática da alternância não consiste em separar a criança para sempre de seus pais, mas que ela possa recuperar a experiência de falta.

A alternância ausência/presença também possibilita às crianças a experiência de pertencimento a um grupo, de que possuem um lugar em Bonneuil. Os jovens sabem que durante sua ausência (física) são falados enquanto membros da *école*, de modo que durante a ausência de outras crianças e adolescentes, os presentes sabem que os ausentes não são esquecidos – aqueles que estão ausentes no dia de determinada atividade têm seus nomes enunciados. Assim, podem se perceber pertencentes a um lugar, que contam para outros, e que nem tudo está perdido durante uma ausência.

IV. A ÉTICA PSICANALÍTICA

O conceito de transferência é a base que caracteriza um encontro analítico. Não pura e simplesmente pela definição empreendida por Freud, mas mesmo por seu sentido literal: movimento, deslocamento de representação, migração, envolvimento de dois sujeitos, o dentro e o fora.

Segundo Koltai (2000), pode-se perceber em Freud dois momentos essenciais em relação à definição de transferência em psicanálise. O primeiro se encontra associado ao objeto descoberto por Freud, o sujeito do inconsciente, referindo-se a transferência de significantes, enquanto processo básico das produções inconscientes. O conceito de transferência ainda abarca as considerações metapsicológicas freudianas, fora assim das questões referentes ao contrato analítico.

É a partir do caso Dora, de sua análise, que Freud, ao perceber a importância do analista na transferência do analisando, passa a focar o conceito pelo encontro analítico. Com os artigos sobre técnica, a transferência se torna central no processo analítico e nesse ponto, chegamos ao cerne do conceito tal como o concebemos atualmente: uma análise se faz a partir do estabelecimento, da interpretação e da elaboração da transferência.

Deve-se entender por transferência um processo que diz respeito a um encontro (analítico, entre analista e analisando), no qual o analisando atualiza o seu desejo configurado como fantasia inconsciente, revivendo na figura do analista afetos e experiências de natureza infantil. Na transferência há uma relação sobretudo de amor, de interesse do analisando pelo analista, em que o primeiro toma o segundo como objeto de identificação e admiração. Há o deslocamento de afeto de uma representação a outra,

sendo que o que se transfere é na verdade a realidade psíquica do analisando. No entanto, os sentimentos deslocados para a pessoa do analista não aparecem apenas em virtude da situação analítica – a idéia do desejo encontra-se latente, inconsciente, aparecendo a partir da oferta do tratamento analítico.

Em *A dinâmica da transferência* (1912), Freud relata o caráter ambíguo da transferência dentro do processo analítico, pontuando-a como um agente terapêutico. Primeiro, a transferência se apresenta como um obstáculo à revivência do recalcado. É uma forma de resistência, a mais poderosa, pois o analisando encontra-se impedido de recordar todo o texto latente e acaba por reviver o recalcado como uma experiência atual.

Segundo, só há transferência se houver falta, se houver desejo. A transferência se estabelece no tratamento analítico justamente quando os conteúdos recalcados começam a se revelar. Ela se torna então o mais poderoso instrumento do qual pode dispor o analista já que assinala a aproximação do conflito inconsciente. Ao analista caberá a interpretação, já que a revivência nem sempre é fiel ao conflito original, apresentando um conteúdo edípico fragmentado. E a repetição denuncia que se tais conteúdos são incessantemente revividos, é porque a trama edípica (centrada na castração) apresenta um caráter de indestrutibilidade.

Freud ainda caracteriza a transferência quanto à natureza da relação de analisando com analista como positiva ou negativa. A primeira refere-se a sentimentos de natureza afetiva, além de desejos eróticos (sublimados), além por exemplo, de atos de pontualidade, assiduidade e de verbalização por parte do analisando que materializam a sua vontade de estar naquele encontro. A segunda diz respeito a sentimentos hostis, em que há o predomínio de pulsões agressivas; Freud destaca em *Observações sobre o amor de transferência* (1915), que a transferência positiva é

essencial para o estabelecimento do processo analítico, mas que o analista deve centrar suas atenções na transferência negativa (e na positiva, no caso em que estiver ligada a bases eróticas) como sendo aquelas que atingem realmente o conflito inconsciente. Todo analisando possui conflitos latentes ou manifestos agressivos e se torna, fundamental e necessário, que em algum momento o dono da demanda se permita contestar e atacar seu analista, e que este se mantenha firme em sua posição, sem se deixar encantar pelos fragmentados de romance familiar dramatizados e relatados pelo analisando.

Após a morte de Freud, seus herdeiros banharam o conceito de transferência por diferentes contornos, tanto enquanto conceito teórico quanto elemento da prática, sem no entanto realizar avanços significativos, principalmente quanto ao papel do desejo do analista na condução do tratamento. Segundo Laplanche (2001), a discussão da transferência dentro das escolas pós-freudianas tem se feito a partir de quatro direções:

- a) em relação à natureza do material transferido. Se pelo processo de transferência o analisando revive o recalcado, esse material apresenta uma base edípica. O material transferido remete a um conflito edípico não resolvido e indestrutível.
- b) sobre a transferência e sua relação com o real. Ao atualizar o desejo na figura do analista, o analisando o faz sob a forma de fantasia inconsciente.
- c) a respeito da especificidade da transferência no tratamento analítico.
- d) acerca da função da transferência dentro do processo de análise.

É Lacan que, ao retornar a Freud, avança e desloca a relação transferencial para o campo da linguagem, ressaltando que na clínica trabalha-se fundamentalmente com a palavra, de modo que o analista opera com significantes e não com pessoas. Mais particularmente, Lacan redireciona o papel do analista dentro desse encontro.

“O poder do analista vem do lugar que ocupa na transferência, pelo menos durante certo tempo. A transferência atinge o analista, não como pessoa, mas na medida em que ocupa o lugar do Outro, isto é, o lugar de um terceiro. É por isso que a psicanálise não é fundada na intersubjetividade. Em vez do termo contratransferência, que implica uma especularidade, Lacan preferiu empregar *desejo do analista*, desejo da diferença máxima, desejo de ouvir sem antecipar significado algum. O desejo do analista se tornará responsável pela direção do tratamento.” (Koltai, 2000 ,p. 134)

Articulando a transferência pela ordem do saber e trazendo o desejo do analista para a cena analítica enquanto determinante do estabelecimento do contrato, Lacan irá relacionar a transferência com sua teoria dos registros: algo que primeiramente se faz sob o imaginário (o analisando que coloca o analista na posição de um saber a respeito de seu enigma), se transpõe no registro do simbólico (através da palavra) e posteriormente se faz no registro do real. É nesse momento, em que a transferência passa de imaginária para simbólica, que seu caráter de obstáculo se transforma em condição e catapulta para que ocorra um encontro analítico.

O objetivo de Lacan ao propor uma ética psicanalítica era o de evitar que a experiência analítica fosse concebida como um mero encontro entre duas pessoas – objetivo esse que levou a formular o ponto de partida da análise a partir do suposto saber e o seu fim a partir do objeto a.

Em *A transferência*, seminário de 1960, Lacan define que só há transferência a partir da lógica do suposto saber, a qual se refere ao caráter simbólico da transferência, ou seja, sua própria estrutura. O analista, enquanto sujeito de desejo, aceita ocupar o lugar daquele sujeito suposto saber sobre o enigma que lhe é trazido – no entanto, esse lugar não se trata nada mais do que uma máscara, já que o analista nada sabe sobre

aquele que o procura – a verdade do inconsciente, que está ao lado do analisando, é para o analista totalmente estrangeira.

Lacan articulará o aspecto de estrutura do amor de transferência a partir do conceito de metáfora do amor: a transferência não envolve apenas o que se refere ao analisando, mas ela arrasta para o encontro algo que está do lado do analista – o desejo do analista – envolvendo tanto sujeito quanto psicanalista, ambos ligados pelo desejo. O analista é aquele amado que possui algo, o saber, e que aos poucos passa a ser solicitado pelo analisando para que o ame. No entanto, cabe ao analista não sucumbir à demanda do analisando de modo que ao final de análise não haverá mais a figura do suposto saber, e sim o objeto *a*.

De certa maneira, Lacan traz resposta à delicada questão a respeito do fim da análise, a qual Freud nunca conseguiu resolver (haja visto *Análise terminável e interminável*, de 1939). Para se chegar ao fim da análise é preciso que o analista suporte sua função de causa do desejo do analisando (objeto *a*), enquanto objeto perdido e ao mesmo tempo, objeto de interesse, de amor e também de ódio.

O analista não pode se deixar seduzir pelo romance familiar relatado pelo sujeito, enquanto uma ficção do si mesmo. Durante a análise, esse romance não será aperfeiçoado ou refutado, de modo que o que se dissolve é a sustentação fantasiosa sobre a qual se apóia o sujeito. Para que haja uma mudança de estilo desse romance é necessário que o analista faça uma renúncia ao próprio narcisismo, ou seja, que recuse o lugar que lhe foi dado transferencialmente pelo analisando.

O analisando solicita a toda hora ser amado para suprir a questão imaginária de carência de amor que identifica em sua trama familiar. Ele espera que o analista corresponda a esse amor, sendo que ele não procura apenas repor essa lacuna de amor,

mas ocupar sobretudo um lugar de ser – ser o objeto do desejo do Outro. Na impossibilidade de adquirir essa posição, ao analisando resta construir via ordem significante, um representante diante do analista. No entanto, dada a característica própria do significante de estar em constante deslizamento, esse representante não cessa de se organizar, desorganizar e reorganizar.

IV.a. Do lugar do delírio

A substituição significante, enquanto metáfora da castração, pela inscrição do Nome-do-pai no Outro tem como função primeira desobjetificar o sujeito da posição gozosa de ser o objeto causa de desejo desse Outro. A forclusão do Nome-do-Pai deixa o psicótico em uma experiência de um gozo não ordenado, de modo que, enquanto sustentação imaginária, ele efetua uma interpretação delirante.

Uma interpretação consiste pela busca de um significante que representa o sujeito para outro significante, como acontece no sintoma, enquanto sobreposição de significantes através de processo metafórico. No caso do psicótico, a interpretação que ele efetua não é em um vazio entre dois significantes, onde se instalou o enigma, mas uma representação de um significante isolado, S_1 , produzindo um saber verdade - S_2 , o delírio.

Se o registro do imaginário dá consistência ao inapreensível do real, ele se encontra subordinado e ordenado pelo simbólico. No caso da neurose, a metáfora paterna via Nome-do-Pai é o elo que integra os três registros amarrados pelo sintoma.

“O imaginário é um dos três anéis que estão entrelaçados e unidos por um quarto anel chamado sintoma, que tem uma função de suplência, o que, no caso do neurótico é o Édipo. [...] A realidade depende, portanto, dos três registros, Imaginário-Simbólico-Real, estarem entrelaçados pelo sintoma. Quando no caso da psicose a suplência vacila ou se desfaz, é a própria realidade do sujeito que se desvanece: a dissolução imaginária corresponde ao desprendimento do anel do imaginário que se desgarra como uma pipa que perde a linha.” (Quinet, 2009b, p. 56)

Enquanto o sintoma aparece como a suplência para o neurótico, para o psicótico ela se faz pelo delírio. O delírio como suplência se refere a uma sustentação do sujeito a partir de outros significantes referentes ao Nome-do-Pai ausente e que desse são substitutos. Se no neurótico essa suplência se dá dentro da cadeia significativa, a partir da rede de saber inconsciente que se constrói (S_2), do Nome-do-Pai enquanto significante da lei, na psicose a suplência é por contigüidade a um significante único, S_1 . (Porge, 2006).

É a partir do seminário 23, *O Sinthoma*, que Lacan apresenta o conceito de suplência, enquanto um mecanismo responsável por manter uma estrutura estabilizada, a partir da análise da escrita do escritor irlandês James Joyce, à semelhança do que fez Freud no caso do presidente Schreber. Ao contrário de Joyce que nunca teria desencadeado uma psicose, Schreber entra em surto e a suplência se faz pelo seu delírio; nesse sentido, é possível encontrarmos um sujeito psicótico que nunca teria entrado em surto, e que conseguiu circular e circunscrever de alguma maneira o seu gozo em uma ou mais estruturas discursivas.

“Essa idéia de suplência significativa é algo que Lacan nunca deixou de acentuar, passando do Nome-do-Pai, no singular, para os Nomes-do-Pai no plural – Nomes-do-Pai que designam ocorrências diferentes de uma única função

-, e por fim, considerando o próprio Nome-do-Pai como um elemento suplementar no caráter nodal dos elementos imaginários, reais e simbólicos.”
(Soller, 2007, p. 17-18)

Se o delírio restabelece algo no sujeito (a relação de duplo narcísica) e permite que ele possa representar o objeto *a* que está ao seu lado como um objeto externo a si, enquanto efeito da forclusão ele não pode ser encarado da mesma maneira que o sintoma pelo analista. Enquanto o sintoma se estabelece pelo compromisso, operação metafórica – algo que está no lugar de alguma outra coisa, o conteúdo do delírio se constrói por um processo metonímico, de modo que, caso o analista se proponha a interpretá-lo, estará fazendo, assim como faz o psicótico, uma interpretação delirante – no caso da paranóia interpretará um significante primeiro; na esquizofrenia, um vazio (como se efetua uma operação pelo infinito, já que sabemos, em alusão, que todo número dividido por zero tem por resultado o infinito).

Se o neurótico chega ao analista com uma demanda de cura de sua falta, e o analista não pode suprimir a divisão significativa desse analisando, o mesmo ocorre na psicose. Um processo analítico não pode pretender a cura do delírio, assim como efetua a ciência psiquiátrica ao considerar que o alívio do sofrimento se dá pela eliminação do delírio via tratamento medicamentoso; o delírio é efeito da forclusão do Nome-do-Pai, e desconsiderá-lo implica na pretensão de desfazer a estrutura psicótica para dar lugar a um neurótico. Segundo Quinet (2009b), o delírio é o que tem o analista para fazer seu ato:

“Se o delírio é o que corresponde ao sintoma na psicose, sua função de suplência na estrutura nos indica que a direção da cura com o sujeito psicótico não está na suspensão do sintoma. Pois este traz um apaziguamento patente ao gozo ao qual o sujeito está submetido. Contrariamente, em muitos casos, trata-se

de dar a oportunidade ao sujeito de reconstruir uma realidade que forçosamente será distinta de uma realidade comandada pelo Nome-do-Pai, daí ser denominada metáfora delirante.” (p.100)

Nesse sentido, o analista deve tomar o delírio como a articulação significativa em que precisa operar: não via interpretação, mas pontuando e bordejando o gozo que o sujeito revela em sua produção delirante, de modo que o analista, via linguagem, possa significar o real tão insuportável para o psicótico.

IV.b. A demanda na clínica da psicose

A demanda de um neurótico não é a mesma que um psicótico; se o primeiro se apresenta ao analista com um enigma, o segundo chega com uma verdade. Se o psicótico chega com uma verdade, sem a dúvida, é difícil que um psicótico se apresente espontaneamente ao consultório, endereçando ao analista: “Não estou bem, preciso de ajuda”, pois não há sustentação do desejo.

Lacan iniciou sua clínica das psicoses a partir de hospitais psiquiátricos e, curiosamente, nas delegacias de Paris, ao atender os “perturbados” que haviam cometido algum crime. Sabemos nesse sentido que a maior parte dos analisandos psicóticos que chegam até um analista vem a partir de encaminhamento médico ou quando estamos inseridos nos dispositivos de tratamento institucionais (hospitais, Caps, etc.).

Porém, se o psicótico comparece uma, duas sessões, e adquire regularidade em sua frequência, é porque algo está endereçando ao analista, que ao lhe dar um lugar de escuta em que pode associar de maneira mais livre possível, já implica algum valor

terapêutico nesse encontro. Nesse sentido, o sujeito pode comparecer com uma demanda de referência simbólica, ou uma demanda de referência ao real. (Quinet, 2009b)

O psicótico pode chegar com um pedido de contenção diante do Outro gozador, que o persegue e quer destruí-lo, ou das vozes que lhe atormentam sem deixá-lo pensar. Nesse caso, o analisando relega ao analista o papel de corte, para que ele barre esse Outro que goza ilimitadamente. Segundo Soller (2009), essa demanda, da ordem do real, encontra-se muitas vezes associada a um delírio que revela uma significação que emerge na vida do sujeito e torna-se insuportável; se no delírio, essa significação se caracteriza por uma verdade que o psicótico traz para o analista enquanto uma testemunha que reafirma sua idéia fixa.

Esse aporte do simbólico se refere à própria estrutura do inconsciente na psicose: ele está escancarado em sua infinita rede de significação. Não posso me esquecer de um paciente extremamente irregular em suas sessões, mas que quando se entregava a minha escuta trazia uma fala bastante condensada, e repleta de significação: em um dos primeiros encontros ele diz “*De infinito em infinito é preciso cuidado, cautela e dedicação*”. Torna-se claro que, na ausência do Nome-do-Pai enquanto ponto de basta para a cadeia significante, o sujeito se perde no emaranhado, na infinitude que caracteriza o inconsciente – ao contrário do neurótico que o guarda como um enigma, o psicótico tem todo o seu saber inconsciente revelado, enquanto um oceano de máxima profundidade no qual mergulha e não consegue sair.

“*De infinito em infinito*” diz do abismo que há entre os significantes, do qual o psicótico demanda ser retirado pelo analista – que emerge então como secretário de suas significações. O psicótico espera que o analista ao pontuar traga a significação que não se efetuou em virtude da forclusão do Nome-do-Pai, como se o analista fosse um

*croupier*⁹ que, ao invés de ter cartas em suas mãos, distribui significantes que organizam o caos em que se encontra o sujeito.

Esse delegar saber ao analista não significa que o psicótico o coloca na posição de suposto saber, mas se refere à uma posição de suposto gozador. Ao pedir que o analista lhe signifique o mundo, o psicótico o faz emergir como o Outro que tudo sabe, como o Outro gozador, posicionando-se como objeto de gozo desse analista. Na psicose a relação transferencial se estabelece pela reconstituição do duplo imaginário especular *a-a'*, e mais especificamente na esquizofrenia, por uma demanda de paranoização. Se em um primeiro momento o psicótico se apresenta como sujeito, de maneira rápida e sutil ele se objetifica para o analista, de modo que a demanda por significação encontra-se totalmente vinculado a um delírio erotomaníaco – O Outro, analista, me ama. Ao analista cabe suportar tais efeitos da transferência psicótica.

“Como vimos, na relação do psicótico, principalmente do paranóico, com o Outro, não há mediação: o sujeito sente-se radicalmente preso nas malhas do Outro como um objeto. O Outro tudo sabe a seu respeito e isso é para ele coisa certa. Poderíamos, então, dizer que a suposição de saber que o neurótico atribui ao analista é substituída no psicótico por uma certeza.” (Quinet, 2009b, p.128)

Segundo Laurent (1983), ao analista não cabe nada mais do que o silêncio. O analista deve se negar a afirmar a certeza do psicótico de que ele é seu tesouro de significantes, recusando-se a completar o abismo deixado pela forclusão, diante do silêncio desse Outro, o psicótico pode construir o delírio enquanto um trabalho de elaboração ao lado de alguém que se presta como testemunha. Dessa maneira, o analista

⁹ Aquele que dá as cartas e coordena o jogo de cassino.

implica o psicótico em seu tratamento, valorizando essa metaforização delirante como um processo de cura que não se presta a adaptar esse sujeito.

“Um traço comum na transferência do neurótico e do psicótico é o analista ocupar os pensamentos do analisante. Há, porém, uma diferença entre a suposição e a certeza da mesma forma que existe uma diferença... entre crença e certeza. Pensar em seu analista e pensar que o analista está falando dentro de sua cabeça são fenômenos inteiramente distintos. O psicótico tem certeza do saber do Outro” (Quinet, 2009b, p. 128)

Porém, não é sempre que o psicótico está com recursos para efetuar uma produção delirante, permanecendo na posição de objeto *a* do analista – momento extremamente delicado, em que o analista pode rivalizar com seu analisando.

IV.c. O discurso do analista

Quando pensamos nos dispositivos de tratamento presentes atualmente para a psicose, significa que estamos considerando que o psicótico é incluído em diversas estruturas discursivas, em posições diversificadas.

O tratamento clássico oferecido pela psiquiatria e mesmo os dispositivos substitutos como tratam o psicótico não como um sujeito, mas como um objeto; segundo Quinet (2006) a psiquiatria (S1), na prática discursiva do universitário, concebe o sujeito como um objeto, produzindo um sujeito patológico (\$) que se encontra barrado tanto em seu acesso à sociedade, em sua livre escolha, quando pela medicação que o aliena.

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

No discurso psiquiátrico enquanto universitário, o saber não se encontra do lado do sujeito, como no discurso da histérica, no sentido de que é o psicótico quem traz um saber sobre sua estrutura; é o psiquiatra, no lugar de significante-mestre (S1) quem detém um saber que se aplica sobre o psicótico-objeto (*a*).

Na teoria dos quatro discursos apresentada por Lacan no seminário 17, *O avesso da psicanálise*, o discurso do analista é o único tipo de laço social que concebe o outro como um sujeito.

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

O analista, na posição de objeto causa do desejo (*a*), representa um saber para o analisando (\$). No caso do psicótico, há um impasse, pois ao se dirigir ao analista ele pode o fazer identificando também à posição de objeto *a*, como se fosse ele, e não o analista, quem portasse uma verdade. Diante disso, o analista deve identificar a posição que ele ocupa diante do analisando psicótico, pois ao mesmo tempo em que essa rivalização pode promover uma mudança de posição do sujeito, pode também ser percebida de forma mortífera.

Laurent (1983) se utiliza do conceito “posição de princípio”, apresentado por Lacan no seminário das psicoses, para tratar da manobra da transferência, em referência a essa posição ética que o analista deve assumir diante da psicose; considerando que a erotomania mortífera é inevitável na transferência delirante, para que diante do analista o analisando não se sinta anulado, aniquilado, o que pode permitir uma passagem ao ato. Nesse sentido, considerar que na esquizofrenia o analista precise se fazer

significante ideal para que o sujeito saia da posição de incógnita (x), e que na paranóia precisa testemunhar o valor da metáfora delirante, implica em uma manobra da transferência por parte do analista, em contraposição à mesma manobra que efetua o sujeito psicótico, dizendo não ao gozo do Outro.

Atente que o objetivo aqui não é efetuar uma operação de substituição significante, a metáfora paterna. No conceito de manobra de transferência, Eric Laurent procura fazer oposição a uma postura muitas vezes adotada por analistas, principalmente da escola inglesa, e eu estendo para todos os estilos analíticos que pregam a tal da “clínica ampliada”, que, ao interpretar que o psicótico não possui desejo, se fazem emprestar seu próprio desejo para que o sujeito possa desejar – o que implica não apenas em um empréstimo simbólico, pela palavra, mas a um empréstimo real do corpo. Isso me remete a uma experiência observada em Bonneuil.

Em uma das oficinas que acompanhei, tomei conhecimento de Nadine¹⁰, uma jovem de 14 anos de idade que recorrentemente se dirigia aos cuidadores e colega de sala tocando seus seios, indagando e inquirindo a todos que a cumprimentassem pelos seios – ao invés de um beijo, ou um aperto de mão, um toque em uma de suas mamas. Por mais jocosa que a situação possa parecer pelas minhas palavras, e em certo ponto o é, de fato era desconfortável e deixava a todos bastante perturbados. Considerando que ninguém aceitava a inquisição de Nadine, eis que uma permanente, psicanalista, decide apertar o seu seio, para, segundo suas palavras “lançar-se ao risco de pontuar Nadine”. No momento do toque, Nadine entra em surto, aparentemente se estabiliza, e durante o almoço tenta enforçar a permanente.

A situação não é propriamente uma relação analítica, mas serve para explicar o que pode acontecer por vezes nos consultórios, e que tomamos conhecimento em

¹⁰ Nome fictício.

supervisões e discussões de caso: atos suicidas e homicidas em relação ao analista, que revelam uma negligência dos analistas em relação ao seu papel ético quanto à manobra, e não manejo da transferência.

“... entre a posição de testemunha e a posição de perseguidor... não há efetivamente uma distância muito grande. Podemos dizer que há uma tensão entre essas duas posições. Pois ocupar o lugar do Outro absoluto para o psicótico é uma consequência lógica da análise, é assim que se manifesta a sua transferência. Daí a dificuldade do analista em não aceitar essa posição e ao mesmo tempo manter o laço analítico. Se há “vantagens” em que o psicótico situe, ou tenda a situar, seu analista como seu Outro, ela consiste no fato de que o Outro aí está sendo presentificado pelo analista e possibilitando a este esvaziar o gozo do Outro que o paciente lhe atribui.” (Quinet, 2009b, p. 132)

Segundo Quinet (2006), é fundamental que o analista não ocupe de fato o lugar de um outro gozador no delírio do analisando, nem que o analisando se fixe numa posição de objeto de gozo do analista. Se Freud considera o delírio como tentativa de cura, ele o coloca na ordem da condição, do ensaio ou erro, ou seja, como tentativa, nem todo delírio pode ser de fato organizador ao sujeito.

Mesmo sob o ensaio e erro, o delírio deve ser acompanhado pelo analista como uma produção que é do sujeito: é o que ele pode dar à invasão alucinatória que vem de fora. Ao analista cabe significatizar dentro das possibilidades do sujeito essa relação existencial avassaladora que ele mantém com o Outro. Enquanto farol, retornando à metáfora do pescador, para que a possibilidade da estabilização seja um trabalho efetuado sobretudo e somente pelo sujeito em ato analítico.

V. DO PROJETO TERAPÊUTICO EM BONNEUIL

A psicose inscreve-se em um contexto duplo. Como já tratamos, enquanto semelhante à experiência da loucura, é reflexo das operações que desterritorializam o sujeito do contexto significativo em que se constitui para inscrevê-lo e reestruturá-lo em outro terreno, aquele da hegemonia de poderes, do gozo um. Enquanto estrutura clínica, o que realmente nos interessa, é um meio de lidar com a realidade significativa que revela todas as potencialidades do sujeito do inconsciente: como um plano de produção sem fronteiras, sem formas, nem tão configurado e tampouco rigidamente definido.

Quando pensamos nas diversas experiências de institucionalização (o hospital psiquiátrico, a penitenciária, o hospital de custódia e por muitas vezes os centros de atenção psicossocial), alienadoras, estamos falando sobretudo de uma experiência de desterritorialização. No caso de muitos hospitais psiquiátricos, assim como de outras instituições, o aspecto histórico revela a gênese da instituição e a que ela se pretende inicialmente. Ou seja, a partir do conhecimento da origem e das modificações pelas quais atravessou a instituição, é possível compreender o hoje e expressar o posicionamento (enquanto psicanalista) mais adequado frente ao trabalho desenvolvido por esse tipo de instituição; pode-se identificar aspectos ou mecanismos da instituição que institucionalizam o psicótico, permitindo sua alienação em relações do tipo binário, marcadas pelo preconceito diagnóstico, pelo desejo narcísico e pelo caráter pedagógico.

Se a institucionalização desse sujeito consiste em suma em uma desterritorialização, a antipsiquiatria a qual é um dos fundamentos da prática da instituição estourada se define: por uma reterritorialização do psicótico que não é apenas

física, mas um conjunto de mudanças que também em sua subjetividade, o qual precisa reinventar sua realidade para preservar ou então restaurar o laço social.

Quando o psicótico desorganiza a percepção de realidade, por um lado, se vê impelido em criar novas redes de significação que consistem na busca por um olhar que o afaste do sofrimento da possibilidade de se esfacelar diante do insuportável; de outro, encontra-se limitado pelas imposições da realidade social em que vive, e da qual quer se desvincular, cuja Lei foracui, e que de alguma maneira o coloca na condição de fora-do-discurso.

Nesse sentido, o psicótico é o avesso do próprio laço social. Em 1969-1970, no seminário 17, *O avesso da Psicanálise*, Lacan redimensiona o campo da fala e da linguagem, ao inscrever o campo do gozo no além da enunciação, mas que ao mesmo tempo se faz na ordem do significante; o discurso como laço social nesse sentido envolve o não-dito, ultrapassando o limite da própria palavra através de uma verdade que é sempre da ordem no não-todo, do que nunca se revela por inteiro. Em outras palavras, Lacan concebe os discursos como aparelhos de linguagem que bordejam, organizam o gozar do sujeito, produzindo relações estáveis em relação ao outro.

“Os laços sociais são formações discursivas que permitem a metabolização e até mesmo a colonização do gozo que vai até a coletivização. Os discursos como laços sociais são formas de tratamento do real do gozo pelo simbólico. É um tratamento civilizatório que delinea e regula as relações dos homens entre si que são feitas de libido e tecidas de linguagem. O tratamento civilizatório que se subdivide em discurso do mestre e discurso universitário apresenta seus avessos, que são interpretantes: o discurso da histórica e o discurso do analista. Os quatro discursos são sustentados pelo Nome-do-Pai.” (Quinet, 2006, p. 52)

O psicótico, estruturalmente, por estar fora-do-discurso, se inscreve de maneira singular nas estruturas discursivas. É livre enquanto aquele que desarticula a linguagem e como já dissemos, nessa operação ele deixa a língua habitá-lo (o que Lacan chamou de *lalangue* – o gozo na própria língua); ao burlar o código da língua o psicótico nega a partilha sexual e por isso não consegue circunscrever seu gozo em nenhum laço social. No entanto, isso não significa que nenhum psicótico possa fazer emergir o outro via alguma estrutura discursiva (aqui mesmo vimos o exemplo do presidente Schreber quando no discurso universitário).

A questão é que o psicótico é um interpretante, pois nesse ato de circular pelos discursos como um retirante que nada deixa nem nada leva, ele denuncia a inconsistência do Outro em garantir o gozo, o que, segundo Quinet (2006) lhe dá um poder que é concebido sobretudo como uma ameaça para a ordem social. O tratamento da psicose via reclusão pela instituição psiquiátrica ou mesmo a negação do delírio pelos dispositivos terapêuticos ditos menos alienadores enquanto uma ordenação de gozo, revela uma necessidade de o submeter a uma estrutura discursiva que o objetiva ou que tenta o adaptar à lógica de desconsiderar a sua relação com a ordem significante.

Como vimos, o discurso do analista é o único laço social que pode conceber o outro enquanto um sujeito, e que pode absorver o ato psicótico seja via delírio enquanto tentativa de cura seja via agressão em relação ao Outro gozador que o persegue. O ato analítico é aquele que considera o psicótico pela sua estrutura fundamentada na forclusão, sem a pretensão de normatizá-lo ou sem a benevolência de cuidá-lo e protegê-lo ou de efetuar uma castração que já “prescreveu”. No entanto, esse ato é único e não pode ser reproduzido institucionalmente. (Quinet, 2006)

Os dispositivos de atenção psicossocial têm se detido a tratar a psicose via alívio do sofrimento via a inclusão, e que essas propostas têm se revelado por muitas vezes

perigosa, no sentido de acabam maquilando uma maneira de compactuar com a forclusão estrutural, intitulando que sua prática encontra-se fundamentada pela psicanálise, partindo da premissa de que o ato analítico não pode comportar a psicose, sendo necessária uma ampliação do que concebemos por clínica.

“Qual pode ser o lugar do analista nessa clínica? Inicio com a idéia de que um psicanalista que trabalha na clínica das psicoses é um *psicanalista andante* (Ribeiro, 2004a), um acompanhante, alguém que perde seu lugar e se dispõe a acompanhar o psicótico em suas errâncias [...] a fim de acentuar essa condição tão cara àqueles que trabalham com psicóticos: a disponibilidade de acompanhar um outro sujeito por onde quer que ele transite [...] a atenção flutuante e as andanças psíquicas, territoriais, corporais [...] Ou até nas aproximações possíveis entre o psicanalista andante e aquilo que é concebido como acompanhamento terapêutico.” (Ribeiro, 2006, p. 8-9)

O que observo é que há uma aposta na transposição de um ato analítico para um funcionamento institucional assim como para a elaboração de ferramentas terapêuticas e planos de intervenção, o que não garante que o que se está fazendo seja psicanálise. Um analista e um acompanhante terapêutico não são a mesma coisa nem têm o mesmo objeto: o sujeito do inconsciente só se funda via ato analítico, ou seja, é uma experiência. O ato analítico não é um projeto terapêutico, o que não impede que o último encontre-se fundamentado em todos os seus pontos na mesma concepção de sujeito da ciência freudiana.

V.a. Do lugar do analista em Bonneuil

Pode-se dizer que outra característica da instituição estourada é sua referência à Psicanálise, essa que embasa e permite “o fora do *setting* analítico tradicional”. Em Bonneuil não encontramos a análise, mesmo que tudo o que se faça lá, segundo Mannoni (1978), seja sobretudo a partir da psicanálise (lacaniana, em sua proposta de retorno a Freud).

Mannoni recusa que as sessões analíticas aconteçam dentro da *école*, pois ela considerava isso como uma maneira especificamente problemática por conta de duas questões. De um lado, os usuários veriam na figura do psicanalista um cúmplice da instituição, sentindo a sessão como um grande interrogatório. De outro, os usuários também tentariam, no caso de uma mudança produzida durante a análise, abrir fissuras na instituição a qual não teria condições de suportar tais fissuras, o que conduziria a uma situação de passagem ao ato.

Em Bonneuil, há a possibilidade das crianças fazerem uma análise, mas somente fora da escola. As instituições analíticas existem, mas sempre em um ambiente e estrutura separados de Bonneuil. Nesse sentido, não há uma *ambience* que favoreça uma entrevista clínica, assim como pontua Freud em um texto de 1912 do qual, apesar da evolução da técnica, não podemos abdicar – *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*: o papel do divã; a existência de espaços que permitam a privacidade e a regularidade das sessões, identificando aquele como um lugar de relação singular entre analisando e analista; horários definidos.

Meus contatos mais reservados com as crianças ocorreram em conversas durante o almoço, a execução de um ateliê terapêutico, a pausa no jardim, de modo que a criança e o adolescente não sentissem que estavam em uma sessão analítica. Os permanentes de Bonneuil acreditam que esse tipo de postura retira o cuidador de uma

posição de suposto saber em direção a um lugar de escuta, partindo do princípio que o psicótico não pode sustentar seu desejo e dessa maneira inscrever-se em uma hierarquia.

Sinceramente, não sei se esse é um posicionamento proposto por Mannoni, ou se é algo promovido por seus herdeiros. Meu objetivo aqui não é lançar crítica ao trabalho efetuado pela *école* via adultos cuidadores, o qual é de fato considerável. As contrariedades que considerar pertinentes, eu as apresentarei nas considerações finais.

Nesse sentido, a experiência de Bonneuil não foi vivenciada de um lugar de analista, mas de um terapeuta, acompanhante terapêutico ou de qualquer outra postura de cuidado que um psicólogo possa assumir em um dispositivo de tratamento mental. Por mais que a proposta de Mannoni seja renovadora ou revolucionária, enquanto instituição envolve um objetivo o qual para ser alcançado o qual para ser alcançado implica na execução de um projeto terapêutico por seu corpo profissional - e a inovação de Bonneuil é justamente como permanentes e estagiários se integram a essa proposta, dando voz ao sujeito da psicose.

A proposta terapêutica de Bonneuil implica o psicótico em seu tratamento, o que não significa uma pretensão de adequá-lo às normas do discurso dominante, mas que a intervenção possibilite uma histerização sobretudo sem o Nome-do-Pai. Isso envolve a mola propulsora de minhas indagações nesse trabalho: o que podemos apreender a respeito do lugar do analista no tratamento da psicose, a partir de uma experiência que, a meu ver, não é analítica, mas sobretudo estruturada pela psicanálise?

Já vimos que Lacan (1969, 1970) apresenta o discurso do mestre como representativo da emergência do sujeito enquanto desejante, alienado na ordem significante:

$$\frac{S_1 \rightarrow S_2}{\$ // a}$$

O significante mestre, S_1 , é aquele que representa o sujeito (\$), no processo de substituição significante, um traço enquanto significante primeiro, ou seja, como a matriz da identificação primordial para outro significante, S_2 . Identificado no significante mestre por uma experiência primária de satisfação, o indivíduo tenta reproduzir essa situação pelo significante binário S_2 , de modo que esse movimento produz um saber, que é o próprio saber inconsciente. Em outras palavras, o indivíduo tenta se representar em vão pela cadeia significante, mas está sempre fora, pois “existe” – na operação de substituição significante, o recalque faz esse sujeito barrado, sem acesso ao seu objeto causa de desejo (objeto a). O objeto a nesse sentido representa o gozar na ordem significante que se produz pela repetição significante de S_1 : o sujeito deseja, dividido alienado na linguagem.

No caso da psicose, a substituição significante não se opera, de modo que o saber que o sujeito produz ele o faz ainda contíguo ao significante mestre, já que, segundo Quinet (2006) o objeto causa de seu desejo não se encontra perdido (a), mas acredita o psicótico estar em posse dele. Sem divisão promovida pela ordem significante o sujeito não se encontra cindido, barrado, e não pode sustentar seu desejo (onde está sua falta que promove o desejar?).

$$\frac{a}{S_2}$$

Há um automatismo mental: o sujeito encontra-se identificado ao objeto causa de desejo, objeto de gozo do Outro (a), a partir de um saber (S_2) que não está sob a

ordem da dúvida, mas sim da certeza, da verdade revelada. A histerização sem o Nome-do-Pai, enquanto “*but*”¹¹ consiste em valorizar e possibilitar as produções por suplência desse fora-do-discurso que se identifica ao objeto de gozo do Outro, ou seja, via a metáfora delirante ou por significantes substitutos a S_2 ; nessa ação, se dá voz ao psicótico via um laço em que um sujeito (o que está sendo cuidado) provoca no profissional de saúde, o mestre, o desejo por um saber.

Inscrita no contexto da reforma psiquiátrica, contra as práticas institucionais que objetificam o sujeito, a *école* objetiva a produção de um saber não-verdade – um projeto terapêutico que não dá conta da verdade do sujeito, como aquele que insere o psicótico, o fora-do-discurso no discurso da histérica.

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

Segundo Pacheco Filho (2009), todo e qualquer projeto terapêutico que se encontre fundamentado na psicanálise só pode pretender a histerização, ou seja, fazer o desejar. Nesse sentido, a experiência de Bonneuil se refere à uma clínica da psicose pela psicanálise, ao mesmo tempo em que entendo que ao excluir o analista de seu espaço terapêutico, a instituição atesta o ato analítico como único e irreduzível.

De fato, quando Lacan fala a respeito do discurso do analista ele trata do único laço social que concebe o outro como um sujeito; enquanto estrutura discursiva, permite que o sujeito possa comparecer fora da relação analítica. Porém, essa figura, o analista, não aparece fora do ato analítico: já vimos que o sujeito assume o analista ao lhe dar

¹¹ Termo de língua francesa que designa um objetivo ou uma meta.

uma posição (de suposto saber na neurose; de testemunha ou de secretário na psicose) e o analista funda o encontro ao trazer seu desejo para a direção do tratamento – nesse sentido, não há analista e sujeito enquanto analisando fora dessa relação transferencial.

Toda instituição envolve um projeto terapêutico que expressa um objetivo (um objeto causa revelado), a produção de um saber. No entanto, o analista enquanto aquele que responde apenas à ética do sujeito, não está privado de ter lugar nas instituições de tratamento mental e de atenção psicossocial. Nessa direção, os apontamentos de Pacheco Filho são reveladores:

“Obviamente, seria insensato acenar-se com uma direção limitada ou com respostas prontas e bem definidas. [...] aqui me parece sábio e prudente o alerta freudiano de que uma psicanálise não é uma *Weltanschauung* (cosmovisão) totalizante, capaz de dar conta do ‘mal-estar’ do existir. O que não significa eximir-se de trazer sua contribuição mais modesta.

A psicanálise aponta os perigos do esmagamento da singularidade dos sujeitos, decorrentes da “tendência totalitária à alienação do discurso capitalista (Pacheco Filho, 2009). Cabe-lhe sustentar a relevância do sujeito e construir um lugar para a sua escuta e a do seu desejo nas instituições, no avesso das instrumentalizações do seu gozo. Entendo que lhe cabe também pôr em evidência o falso semblante de saber paterno compartilhável, implicado pelas promessas de eliminação de todas as faltas e lacunas da existência dos seres humanos.” (2010, p. 9-10)

V.b. Lugar para o Real

Possibilitar a experiência do ir e vir não é algo fácil. A passagem do gozo ao prazer e o ato de bordejar nem sempre sai como o esperado, de modo que posso dizer que em Bonneuil não há o “*La vie en rose*”. E é assim que deve ser: não se pode cair

na pretensão da eficácia, posto que não se objetiva o tratamento no sentido da cura, de transformar a psicose em algo mais adaptado.

É importante que nas viagens para as famílias acolhedoras, assim como para os acampamentos de verão, e mesmo em pequenas saídas, como por exemplo para o ir ao analista, as crianças e os adolescentes sejam acompanhados por um cuidador. Acontece, por vezes, ao final de um acampamento, de uma jornada nas famílias provisórias ou no retorno de trem ou carro, que as crianças e adolescentes entrem em crise, o que se pode produzir sob a forma de agitação, agressão e recolhimento. Mesmo durante a jornada diária, ou nas residências noturnas, delírios e alucinações podem se construir.

Considerando-se a proteção fornecida pela escola, e que a pretensão não é evitar ou eliminar o acontecimento do surto psicótico, Bonneuil se propõe entre suas funções fornecer ao sujeito um confronto mediado com o real – que na passagem da necessidade ao desejo, na vida em sociedade, há a exigência, a cobrança e a retaliação.

Pertencem ainda à Bonneuil, além da escola, três diferentes apartamentos e uma casa que se encontram afastadas umas das outras (e da *école*), como as residências noturnas, que oferecem a mais ou menos quatro crianças e adolescentes, durante a semana e os finais de semana, a tentativa de uma separação provisória dos pais, em pequenas etapas. Isso os prepara para uma separação mais longa, por exemplo, através das famílias acolhedoras.

Os jovens também podem ter uma experiência suplementar de separação nas residências noturnas: a cada ano escolar, há um grupo vivendo conjuntamente, semanalmente, em cada estabelecimento pertencente à instituição, que ao final do ano se dissolve. Nesse sentido, a residência noturna se apresenta de um lado como uma permanência, mas que de outro também indica que o final do ano chegará e que poderá

haver separações definitivas, ou então provisórias – *voilà* a sustentação da emergência do real, via o lugar do novo: o inevitável, o inesperado, o inelaborável.

Além da jornada nas famílias acolhedoras, o trabalho no exterior também caracteriza a singularidade de Bonneuil, já que quase todas as crianças e adolescentes (independente da idade e da dificuldade) fazem trabalhos no fora ao mínimo uma vez por semana. Os lugares de trabalho são selecionados de acordo com o desejo do jovem, compostos principalmente por pequenos estabelecimentos artesanais, como padarias, floriculturas, restaurantes e oficinas mecânicas de carros e bicicletas. O objetivo desse trabalho não é preparar as crianças e adolescentes para uma profissão – apesar de abrir para alguns jovens, de certa maneira, uma perspectiva profissional – sendo esse um objetivo positivo paralelo; o objetivo essencial desse tipo de atividade é permitir ao jovem a experiência de dividir com outras pessoas uma mesma atividade, estabelecendo portanto um contrato social (a permanência em uma atividade, para se atingir uma meta, obedecendo regras). Aqui, o “encontro a dois” pode se produzir por um interesse comum, já que a atividade coletiva pode impedir que relações imaginárias duais entre artesão e criança e adolescente se estabeleçam.

Mas para que a proposta dê certo, é fundamental que o adulto que aceitou receber o jovem em seu estabelecimento tenha prazer em dividir seu trabalho, e que a criança e o adolescente tenham inevitavelmente o contato com a regra imposta não por um adulto de forma arbitrária, mas que resulta da própria experiência de trabalho – por exemplo, é preciso obedecer e passar por determinadas etapas de uma produção para que o resultado final almejado seja alcançado.

Em geral, as crianças e adolescentes têm a possibilidade de encontrar, nos diferentes ambientes, exceto na *école*, personagens que não se encontram inscritos no discurso pedagógico ou de cuidado: os pais das famílias acolhedoras, os empregadores,

os vizinhos das residências terapêuticas. Os encontros filiados à instituição procuram evitar o preconceito diagnóstico e as expectativas de transformação estrutural da foraclusão, o que não impede que esse tipo de experiência seja inconscientemente evitado. Com abertura para o fora, permite-se entrar em contato com discursos marginalizadores pelos quais as relações sociais encontram-se atravessadas e dos quais não se pode fugir ou poupar os jovens – reeditam-se as vivências edípicas infantis mal-elaboradas: de não ser pleno, de se sentir terceiro em uma relação, de perceber o Outro gozador como barrado. O objetivo não é, de maneira alguma, reafirmar o preconceito, a exclusão, mas de permitir que ao vivenciar essa frustração através da instituição, que a criança e o adolescente criem recursos substitutivos de resolução do conflito, a sua maneira, com o que pode suportar.

V.c. O lugar do Outro barrado

“Em Bonneuil, não preciso me sentir obrigado a ser paciente com uma criança”

Bonneuil oferece um lugar de vida não apenas para as crianças e adolescentes, mas também aos adultos e estagiários que lá trabalham. É fundamental que crianças e adolescentes não ocupem uma função de dar sentido à existência dos adultos (ou da instituição) – uma estrutura de instituição estourada oferece aos adultos a possibilidade, tanto no dentro quanto no fora, de se colocar na relação como um sujeito que deseja. Em outras palavras, em Bonneuil não há lugar – como na maioria das instituições que se prestam a um “tratamento mental” – para o funcionamento eficaz e sem atritos, de modo que o adulto não se encontra reduzido apenas à função administrativa.

Isso me permitiu perceber uma Bonneuil que me é particular, a partir da forma que julgo melhor a observar, intervir, participar, escolhendo na modalidade de estagiário e de adulto, qual atividade gostaria de acompanhar. Resta ao adulto a escolha do papel que quer desempenhar, de acordo com as demandas de cada criança e adolescente, assim como com os outros adultos.

Em Bonneuil se diz: “*Não estamos aqui PARA as crianças, mas aqui estamos COM as crianças*”. Uma parte da vida é compartilhada conjuntamente. E para que qualquer coisa seja desenvolvida coletivamente é preciso evitar estabelecer relações imaginárias, duais e sobretudo narcísicas entre adultos e jovens. Ou melhor, tenta-se evitar – tanto no plano emocional quanto no plano econômico – uma dependência emocional dos adultos no que se refere às dificuldades nas quais se encontram os usuários. Por isso, nenhum adulto pode trabalhar mais do que quatro dias por semana em Bonneuil – muitos trabalham não mais do que um ou dois dias por semana, trabalhando parcialmente em outros lugares.

De maneira similar, foi fundamental para mim, enquanto adulto, ter tido a possibilidade de desenvolver questões próprias de minha investigação, as quais puderam ser trabalhadas nas reuniões e nos grupos de trabalho. Através de tais questões de investigação, o encontro com as crianças e adolescentes pôde ser preenchido por interesses próprios, sem ser atolado por um desejo narcísico de ser uma queria (ou mais requisitada) pessoa de referência para os jovens, já que esse tipo de desejo poderia facilmente – sob a forma de uma relação binária – se converter em uma armadilha reafirmadora de uma posição alienada enquanto objeto causa de desejo do Outro. Por isso, por exemplo, minhas indagações referentes à sexualidade dos adolescentes, à como se portar em situações de demonstração de afeto, as discussões entre os outros adultos, puderam intervir como uma terceira instância.

Em Bonneuil, mesmo que lá trabalhem psicólogos, psicanalistas, educadores, professores, estagiários e outros, que não possuem alguma formação, e exceto em alguns casos, não há divisão fixa conforme o setor de trabalho. Em princípio, todos nós éramos comumente responsáveis por todos os tipos de trabalho. Isso significa para os funcionários que eles podem e devem repetidas vezes se perguntar quais são seus desejos em relação às atividades, o que não é sempre fácil para os sujeitos digamos mais “maduros”. NO entanto, vale ressaltar, que esse tipo de organização permitia que eu fizesse simplesmente o que queria a qualquer momento, pois o mesmo que se aplica às crianças e adolescentes vale para os adultos: que os projetos iniciados (normalmente) somente poderiam terminar após o objetivo desejado ser realizado.

Além das crianças, dos adolescentes e dos funcionários, os estagiários são também convidados a exprimir completamente os próprios desejos, já que eles devem encontrar, quando da chegada, um lugar próprio, que não lhes é dado previamente. Posso dizer que essa divisão, de conquistar um lugar “seu”, me deu a impressão, assim como a tantos outros também estagiários, de me sentir perdido, sem saber o que fazer e onde ficar. Mas essa dificuldade foi, e ainda é, suportada através da proposta de instituição estourada, pois é assim que (pela superação da dificuldade) que a instituição é interrogada permanentemente, sem se cristalizar em discursos objetificadores – é a partir de olhares “virgens” como o meu, naquele momento, que os recém-chegados permitem a Bonneuil perceber-se e observar-se de uma maneira diferente.

Creio também que Bonneuil se enrique e se mantém viva pelo fato de muitos estagiários, assim como “permanentes” (funcionários fixos) serem provenientes de outros países. Como em meu caso, mesmo que eu falasse razoavelmente ou até mal a língua francesa, isso não foi empecilho ou fator de exclusão; de uma parte, isso ajuda crianças e adolescentes que querem aprender outra língua (via suplência), e por outro,

foi fator decisivo de incluir um significante que me é particular nas redes de significação de algumas crianças. Exatamente por não falar suficientemente o francês, pôde se estabelecer entre nós (eu e crianças) uma relação que possibilitou a certas crianças e adolescentes o ensaio de uma outra posição: no lugar de mestres, ao exercerem o papel daqueles que me ensinavam a língua. Teve lugar o encontro de dois fora-do-discurso: o meu fora da língua exigiu um esforço de apropriação do código da mesma, por inscrição em uma estrutura discursiva – fez-se laço social.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que Freud nunca pretendeu ao longo de sua obra reunir os fundamentos do método psicanalítico em um texto, para que a clínica preservasse o seu caráter de lugar de reinvenção, de espaço para o novo e o inesperado. No entanto, a elasticidade da prática revelada por Freud não o impediu de reunir, em uma série de artigos, o que considerava mais importante em relação à prática do psicanalista.

A experiência psiquiátrica da reclusão, que isola o dito louco no manicômio, em nada alivia seu sofrimento, já que é no contato com o Outro que se propicia o bordejo da experiência de gozo, em que o sujeito procura conciliar seu desejo de impor sua singularidade ao outro, preservando-se, à necessidade de se submeter a um novo discurso.

A internação do outro psicótico se situa assim em uma condição de desenraizamento, em que estão completamente separados do referencial de que ocupam um lugar. Esse referencial encontra-se na família, na herança parental, de modo que poucos recursos lhe são apresentados para que possa construir novos meios de subjetivação. Na institucionalização há muito o que se perder, que fica para trás ou mesmo no meio do caminho, de modo que há um sentimento de “captura” ou de suspensão que despossui o sujeito de seu lugar de desejo, ao mesmo tempo em que o aliena no irrepresentável discurso da norma.

Essa concepção de loucura fundamenta a antipsiquiatria, a qual destituiu o lugar do analista dos dispositivos existentes que se prestam ao tratamento mental. Diante da normatização da prática analítica, considerou-se a ciência fundada por Freud como não capaz de “revelar a verdade do sujeito da psicose”, o que não impediu que os

profissionais de saúde se munissem dos pés à cabeça do arcabouço teórico freudiano, kleiniano, lacaniano, etc., interpretando-o até a última consequência pela constituição da clínica ampliada. Se o *setting* analítico não comporta a psicose, é preciso que a clínica extrapole suas fronteiras; se o psicótico encontra-se fora da linguagem, a intervenção deve ser feita através de outros meios, que não a fala – a partir disso, empresta-se o desejo, o corpo, a própria vida para que o psicótico possa “mais ou menos” se adaptar.

Minha experiência realizada na École Expérimentale de Bonneuil Sur-Marne atesta esse paradoxo. Enquanto Mannoni procurou fundamentar esse hospital-dia da periferia parisiense como uma instituição que se permite ao estouro, a partir da proposta lacaniana de retorno à Freud, dando valor terapêutico genuíno a um trabalho que é efetuado até hoje por seus herdeiros, ela também excluiu o lugar do analista. O ato analítico pode acontecer, mas isso se efetua apenas fora da instituição, pois segundo Mannoni, Bonneuil enquanto instituição estourada não suporta e comporta a figura do analista.

Bonneuil enquanto um dispositivo institucional apresenta um projeto terapêutico, e um analista nunca poderá responder às demandas desse plano de intervenção. De modo que se o fizer, não será analista – seu lugar está garantido se através do ato analítico ele der escuta a demanda do sujeito, fazendo desse encontro um espaço de reinvenção, aberto para o inesperado. O psicanalista tem seu lugar no hospital psiquiátrico, no Caps, nas escolas, ou em toda e qualquer instituição de tratamento da psicose, o que não significa que ele esteja de acordo com as práticas institucionais que alienam e objetificam o sujeito.

A concepção de clínica ampliada entende que o *talking cure* não é suficiente para contornar e aliviar o sofrimento do fora-do-discurso. Em substituição a isso, acredita-se na oficina terapêutica – como acontece em Bonneuil nos períodos

vespertinos – como nova modalidade de ato analítico. Não que as oficinas não tenham seu valor, mas precisamos ser éticos e considerar que promover um ateliê de música ou de pintura não significa que se faz psicanálise – mesmo que a técnica seja completamente fundamentada pela psicanálise.

A psicose, enquanto estrutura clínica difere da visão romantizada de libertação da loucura – exatamente como estrutura efeito da forclusão do Nome-do-pai e da expulsão do significante fálico, e somente como reveladora da relação do sujeito com o significante, a psicose só pode ser compreendida como tal através desse laço social único que é o discurso do analista. Dado o caráter de incurável da forclusão na psicose, assim como a divisão do sujeito na neurose, uma psicanálise pode se propor a um tratamento do gozo somente através da ordem significante – se não se opera via linguagem, não é um ato analítico.

Vemos assim o encontro analítico a partir de quatro momentos fundamentais, tanto para neurose quanto para a psicose. Primeiro, referente a entrevista preliminar: na neurose, o analisando torna seu sintoma resposta em sintoma enigma, direcionado a ser respondido à uma figura específica, que supostamente sabe – é o suposto saber e a escolha do analista em aceitar o lugar de causa do desejo; na psicose, o analisando chega com uma demanda de uma significação a ser pontuada e/ou de contenção diante do furo do real, em que o analista aparece na posição de suposto gozador, estabelecendo-se uma transferência delirante persecutória e/ou erotomaníaca.

Segundo, se refere ao ato do analista de renúncia: na neurose frustrar a demanda de amor que lhe é endereçada pelo analisando, destituindo-se da posição de suposto saber; na psicose, o analista que manobra a transferência ao transitar entre ser testemunha e secretário do delírio - entre ser o Outro gozador ou aquele que rivaliza com o analisando, ambos na posição objeto *a*. Terceiro, há uma apropriação pelo

analisando da função investigativa da análise às suas perguntas universais: na neurose, “quem sou eu”, “de onde venho”, “para onde vou”; na psicose, “sou homem ou sou mulher”, e a destituição do sujeito da certeza de que o Outro lhe ama.

Quarto, o ato silencioso do analista diante do que lhe indaga o analisando – “o que você quer de mim, me cure” – tanto na neurose, quanto na psicose; o analista então não deseja nada de ou para o analisando, nem espera que o mesmo alcance a felicidade, de modo que em seu ato silencioso a única coisa que espera é que seu analisando tenha condições para conduzir a análise até o fim.

Quando percorremos os escritos freudianos sobre a técnica psicanalítica, podemos perceber e nos surpreender ao perceber que muitas das questões sobre as quais se indaga Freud ainda permanecem hoje em dia sem respostas. Esse discurso que Freud iniciou e que Lacan expandiu exponencialmente subverte toda e qualquer concepção de ciência que tradicionalmente fazemos: a psicanálise não pode nem nunca poderá oferecer a sociedade uma prova científica de sua eficácia. A psicanálise materializa a própria condição humana sustentada na ordem simbólica: nada é o que parece ser.

O lugar do analista na clínica da psicose nada difere de seu lugar na clínica da neurose, quanto à postura ética. Implicando-se na história do movimento psicanalítico, o analista se apercebe como barrado, pois a psicanálise também é barrada: nenhum detém a verdade do sujeito, da humanidade. Ele precisa sustentar que o que o caracteriza como psicanalista é fundar um encontro analítico via a relação do sujeito com o significante – a associação livre é a regra de todo e qualquer encontro analítico, de modo que tudo o que se recuse, ou que não considera isso, pode ter valor terapêutico, mas em nada se refere à ciência freudiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOUN, Paul-Laurent. **Introduction à l'épistémologie freudienne**. Paris : Éditions Payot, 1981.

CLÉRO, Jean-Pierre. **Le vocabulaire de Jacques Lacan**. Paris : Ellipses Édition, 2002.

DÖR, Joel. **Introduction à la lecture de Lacan: l'inconscient structuré comme un langage**. Paris : Éditions Denoël, 1985.

FREUD, Sigmund, (1920). Além do princípio de prazer. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____, (1912b). **La dynamique du transfert**. In : *La technique psychanalytique*. Paris : PUF, 1989.

_____, (1925h). **La négation**. In : *Résultats, idées, problèmes II* . Paris : PUF, 1971.

_____, (1924e). **La perte de la réalité dans la névrose et dans la psychose**. In : *Névrose et psychose*. Paris : PUF, 1971.

_____, (1940e [1938]). **Le clivage du moi dans le processus de défense.**
In : Résultats, idées, problèmes II. Paris : PUF, 1971.

_____, (1924b). **Névrose et psychose.** *In : Névrose et psychose.* Paris :
 PUF, 1971.

_____, (1915a). **Observation sur l'amour de transfert.** *In : La technique
 psychanalytique.* Paris : PUF, 1989.

_____, (1923). O Ego e o id. In: **Edição Standard Brasileira das Obras
 Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago Ed.,
 1996.

_____, (1930 [1929]). O Mal-Estar na Cultura. In: **Edição Standard
 Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XXI. Rio de
 Janeiro: Imago Ed., 1996.

_____, (1913 [1912-13]). Totem e Tabu. In: **Edição Standard Brasileira
 das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. XIII. Rio de Janeiro:
 Imago Ed., 1996.

FOUCAULT, Michel, (1970). **A ordem do discurso.** Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2005.

_____, (1972). **Histoire de La folie à l'age classique**. Paris : Gallimard, 1978.

_____, **O que é um autor**. Lisboa: Vega Editora, 1983.

KOLTAI, Caterina. **Política e psicanálise. O estrangeiro**. São Paulo: Escuta Ed., 2000.

LACAN, Jacques. (1958). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1955-1956). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Fonction et champs de la parole et du language en psychanalyse**. In : *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.

_____. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1956). **O seminário, livro 3: as psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. (1991). **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1961). **O seminário, livro 8: a transferência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. (1991). **O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. (1972). **O seminário, livro 20: mais, ainda.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. (1975). **O seminário, livro 23: o sintoma.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J.B. (1982). **Vocabulário de Psicanálise.** São Paulo : Martins Fontes, 2001.

LAURENT, Éric. **Le transfert délirant.** In : Actes de l'École de la Cause freudienne, vol. Iv. Paris : mai. 1983

MANNONI, Maud. **Éducation Impossible.** Paris : Seuil, 1978.

_____. **L'enfant arriéré et sa mère.** Paris : Seuil, 1973.

_____. **L'enfant, sa maladie et les autres.** Paris : Seuil, 1973.

_____. **Le premier rendez-vous avec le psychanalyste.** Paris : Seuil, 1999.

NASIO, Juan-David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2005.

OLIVEIRA, Ivan. **Física moderna para iniciados, interessados, e aficionados.** São Paulo: Livraria da Física, 2005.

PLON, Michel; ROUDINESCO, Élisabeth. **Dicionário de psicanálise.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

PORGE, Erik, (1997). **Les noms du père chez Jacques Lacan: ponctuations et problematiques.** Ramonville Saint-Agne: Editions érès, 2006.

QUINET, Antonio. **As 4 + 1 condições de análise.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009a.

_____. **Psicose e laço social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____, (1951). **Teoria e clínica da psicose.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.

ROUDINESCO, Élisabeth. **Histoire de la psychanalyse en France.** Paris : Le livre de poche, 1989.

SOLLER, Colette. **Lacan, l'inconscient réinventé.** Paris : Presses Universitaires de France, 2009.

_____. **O inconsciente a céu aberto da psicose.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.